

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 29.12.2021

Prevenção epidémica e recuperação económica

Nos feriados natalícios, houve um aumento significativo no número de entradas e saídas de turistas, especialmente na “véspera de Natal”, 24 de Dezembro, em que mais de 40 mil chegaram a Macau, ou seja, neste ano, foi o terceiro maior número de visitantes registado num só dia, o que tem contribuído muito para a recuperação da economia de Macau. Claro que isso tem a ver com várias medidas implementadas pelo governo para atrair turistas, como o “Festival de Luz” e a “Gala de Drones Brilha sobre Macau”, e com o facto de o Natal ter caído, por acaso, num fim-de-semana, e de todos os cidadãos de Macau se terem unido na prevenção da epidemia. Com a aproximação do Ano Novo dos calendários ocidental e lunar, acredita-se que mais turistas virão a Macau para passear e comprar produtos de ano novo chinês, criando assim oportunidades para a recuperação económica de Macau.

Mas a situação epidémica em algumas regiões do Interior da China está instável, por exemplo, nos últimos dias, registou-se um aumento significativo dos casos confirmados em Xi’an, e a transmissão da nova variante Ómicron é mais forte, tornando a situação epidémica mundial ainda mais grave. Sugiro assim ao Governo que concretize, com todo o rigor, os trabalhos de prevenção da epidemia, reveja todos os seus aspectos e aperfeiçoe, de forma contínua, as respectivas instruções de prevenção, para evitar a activação do “mecanismo disjuntor”, sobretudo acelerando a ampla utilização do código QR nos espaços públicos, a fim de estabelecer as bases para o acompanhamento da epidemia.

Ao mesmo tempo, é necessário reforçar a divulgação para aumentar a consciência da população e dos turistas sobre a prevenção da epidemia, e, especialmente para os visitantes, deve-se reforçar a cooperação interdepartamental, divulgando as informações mais recentes nas plataformas sociais de renome do Interior da China, incluindo as medidas alfandegárias e a utilização da aplicação “Código de Saúde de Macau”, para evitar que a imagem de Macau seja prejudicada por falta de informações. Por outro lado, a taxa de vacinação em Macau já ultrapassou 70 por cento, esperando-se que o Governo continue a promover a vacinação da população, sobretudo a tomada da “3.ª dose” como reforço, consolidando assim a barreira de prevenção epidémica de Macau, e a proteger a imagem de Macau como uma cidade saudável e apropriada para visitar.

O ambiente movimentado durante o Natal também aumentou a confiança das empresas, que estão optimistas quanto às perspectivas de exploração de negócios nos últimos dias de feriados deste ano e, assim, para além dos trabalhos de prevenção da epidemia, sugiro ao Governo que implemente imediatamente mais medidas para atrair turistas de regiões seguras a visitarem

(Tradução)

Macau, estude a possibilidade de organizar mais actividades com características de Macau, como o Festival de Luz, para que todos os meses haja diferentes actividades e se mantenha uma atmosfera animada, para os residentes e turistas ficarem alegres durante este período epidémico. Finalmente, sugiro ao Governo que implemente medidas, aproveitando a gastronomia e o património mundial, em cooperação com os operadores turísticos, para aprofundar a integração transfronteiriça do “turismo *plus*”, para atrair “novos” e “antigos” visitantes, a fim de acelerar a recuperação da nossa economia.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 29.12.2021

Há que fazer bem os trabalhos de “seis estabilidades” e “seis asseguramentos”, para estimular o vigor dos sujeitos do mercado

Segundo a Conferência Central de Trabalho Económico, a economia do País tem forte resiliência e bom desenvolvimento a longo prazo, aspecto que basicamente não vai ser alterado, mas há que dar atenção às pressões com que se depara o desenvolvimento económico, ou seja, a contracção da procura, o impacto na oferta e as fracas previsões, e há ainda que continuar a fazer bem os trabalhos de “seis estabilidades” e “seis asseguramentos”, para melhorar o bem-estar do povo e manter a estabilidade social; no próximo ano, os trabalhos na área económica devem visar estabilizar a economia e procurar progressos, insistindo num desenvolvimento de alta qualidade e no foco na construção económica; mais, exige-se que se reforce o apoio às micro, pequenas e médias empresas, estabelecimentos industriais e comerciais em nome individual e indústrias transformadoras, para estimular o vigor dos sujeitos do mercado. O espírito e as exigências da Conferência Central têm um grande significado prático e orientador para Macau, que se pretende integrar no desenvolvimento do País e na construção da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada Guangdong-Macau em Hengqin, uma vez que a sua economia está bastante afectada pela epidemia e exige uma reconversão e diversificação adequadas.

Os trabalhos de “seis estabilidades” e “seis asseguramentos” visam, sobretudo, assegurar o emprego, o bem-estar da população e os sujeitos do mercado, os quais, no caso de Macau, são as micro, pequenas e médias empresas. Neste Natal, mais de 40 mil turistas visitaram Macau, o que demonstra que os trabalhos de prevenção e controlo da epidemia foram bem feitos, e que a imagem de Macau enquanto cidade segura e ideal para turismo está enraizada na mente das pessoas. Com a subida do número de turistas, a situação de alguns sectores melhorou. Sabe-se que mais de 90 por cento das empresas locais são micro, pequenas e médias empresas, e as mesmas procuraram sustentar-se nos últimos dois anos, mas, como não lhes resta muita “poupança”, cada vez mais empresas começam a pensar em encerrar. Agora, o turismo está em recuperação, assim, o Governo deve lançar políticas e medidas específicas para aumentar a confiança do mercado.

Nós, os quatro Deputados dos sectores comercial e industrial, já propusemos às autoridades a elaboração da “Lei de promoção das micro, pequenas e médias empresas”, para melhorar o ambiente de negócios destas. Mais concretamente, pode-se começar pelos seguintes aspectos: primeiro, há que estudar, quanto antes, a criação do “Fundo de Garantia de Riscos para as Micro, Pequenas e Médias Empresas”, a fim de apoiá-las na resposta aos prejuízos causados pela epidemia e reduzir o impacto da mesma; segundo, há que continuar a prestar atenção à sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas, e reforçar as garantias das mesmas e dos seus trabalhadores, e mais, há que clarificar a sua

definição e a idade da reforma, com vista a apoiar o desenvolvimento contínuo, saudável e estável destas empresas.

A capacidade de resposta às catástrofes naturais das micro, pequenas e médias empresas é fraca. Macau foi atingida em 2017 pelo tufão “Hato”, em 2018, pelo tufão “Mangkhut” e, em 2020, pelo novo coronavírus. Estes desastres naturais de grande gravidade causaram graves prejuízos às micro, pequenas e médias empresas que dependem do turismo integrado. Assim, há, de facto, necessidade de o Governo tomar a iniciativa de criar um mecanismo eficaz de prevenção de riscos de longo prazo, ou seja, um fundo de garantia de riscos com carácter de utilidade pública e em conformidade com os princípios comerciais, para que as micro, pequenas e médias empresas possam receber apoio em caso de grandes desastres naturais. Reforçar a capacidade das micro, pequenas e médias empresas para enfrentar grandes catástrofes e manter o seu funcionamento contínuo reveste-se de grande significado prático para a manutenção da estabilidade social e a salvaguarda do bem-estar da população. Este ano houve três vagas de epidemia, e as políticas fronteiriças entre Zhuhai e Macau foram apertadas, por isso, as micro, pequenas e médias empresas tiveram de resolver uma série de problemas de operação, nomeadamente, o alojamento dos trabalhadores transfronteiriços, o que lhes acarretou uma grande pressão económica. Afectados sucessivamente pelos desastres naturais, agora os sectores sociais têm, de facto, medo dos tufões e da epidemia.

Proponho ao Governo que estude, quanto antes e em conjunto com os sectores financeiro e dos seguros, a criação de um "fundo de protecção contra riscos para as PME e as microempresas", incluindo um "seguro na hipótese de epidemias", para que os comerciantes possam subscrever seguros em prol de reforçar a sua resistência a riscos e de ter condições para retomar, o mais cedo possível, as actividades normais de produção e exploração depois dos prejuízos decorrentes de catástrofes naturais. Há que ponderar, a sério, a capacidade dessas empresas em termos de prémios, a par de apurar as razões dos poucos pedidos de seguros contra grandes catástrofes, lançados em 2019.

Perante a normalização epidémica, não se pode excluir a possibilidade de outra flutuação epidémica que resultaria em perdas financeiras para a maioria dos comerciantes. Com a criação do “fundo de protecção contra riscos para as PME e as microempresas”, incluindo o “seguro na hipótese de epidemias”, este último pode ter um papel importante como “amortecedor de choques” para a economia e aumentar a resiliência económica global, a par de proporcionar mais incentivos para atrair as empresas a subscrever seguros, encorajando-as a fazer bom uso destes para transferir riscos e melhorar as suas capacidades de recuperação pós-catástrofe, de modo a criar condições favoráveis para a recuperação económica e o desenvolvimento sustentável de Macau.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 29.12.2021

Melhorar as instalações desportivas de Macau e contribuir para o desenvolvimento saudável do desporto

Os medalhistas de ouro olímpicos nacionais voltaram a visitar Macau no dia do 22.º aniversário do retorno de Macau à Pátria. Durante os três dias de visita, os atletas revelaram um elevado grau de afinidade, interagindo com os cidadãos locais, e com jovens e atletas de elite, partilhando o seu crescimento e de treino, bem como a vontade de ganhar as competições, o que fez com que muitos cidadãos de Macau se sentissem contentes e apreciados, vendo os heróis e os ídolos nos seus corações e, ao mesmo tempo, acendendo o entusiasmo das pessoas pelo desporto e as suas expectativas para o desenvolvimento do desporto em Macau.

O Governo da RAEM dá grande importância ao desenvolvimento do desporto, não só pela promoção deste em geral, mas também pela promoção do desporto de alta competição, investindo mais recursos para apoiar a formação dos atletas de Macau, proporcionando-lhes mais garantias, incluindo a construção do “Centro de Formação e Estágio de Atletas” e o lançamento dos subsídios especiais de treino, como o “Plano de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite” e o “Plano de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados”, em 2014. Os projectos e instalações acima referidos proporcionam oportunidades para os atletas de Macau se desenvolverem, e para criar condições favoráveis, a fim de melhorarem activamente os seus próprios padrões e brilharem nas competições internacionais. Para promover ainda mais o desenvolvimento saudável do desporto em Macau, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoamento de recursos e formação de atletas a tempo inteiro.

O Governo criou o Projecto de Apoio Financeiro a Atletas de Elite, mas determina que os atletas devem obter uma classificação em competições mundiais ou regionais para poderem candidatar-se a esses subsídios, mas os atletas podem não atingir estes objectivos, o que faz com que este projecto seja pouco abrangente e o seu desenvolvimento profissional após a reforma não seja garantido, o que afecta a vontade dos atletas locais de enveredar por uma carreira profissional. O desporto de rendimento em Macau ainda se encontra em desenvolvimento, assim sugiro ao Governo que seja menos exigente nos requisitos para o pedido de subsídios e que, ao mesmo tempo, reforce as regalias dos atletas a tempo inteiro, nomeadamente, salários, assistência médica e garantias de reforma, entre outros, com vista a atrair atletas e a injectar novo dinamismo no desporto.

2. Optimização das instalações desportivas existentes e critérios de utilização.

Enquanto parte integrante de um plano completo de desenvolvimento, torna-se necessário racionalizar o actual regime de gestão das instalações desportivas, optimizando os equipamentos existentes, a fim de corresponder às necessidades futuras de desenvolvimento. Sugiro às autoridades que procedam a uma avaliação sobre as actuais instalações e o posicionamento dos campos desportivos, com uma análise da população-alvo, e que forneçam melhor “hardware”; ou que regulamentem o uso das instalações, com a definição de critérios, prolongando o seu horário de funcionamento. Isso vai permitir que os atletas de diferentes níveis tenham um melhor ambiente e haja maior equidade no uso destas instalações.

3. Planeamento científico dos terrenos afectos às instalações desportivas

A insuficiência de instalações desportivas e de equipamentos complementares limita o desenvolvimento do Desporto. A longo prazo, há que aumentar essas instalações para satisfazer a crescente procura. Devido à escassez de recursos, os diferentes grupos desportivos lutam pela utilização de recintos desportivos, o que não satisfaz a necessidade de treino dos atletas e enfraquece o entusiasmo dos amadores desportivos. Sugiro ao Governo que comece a trabalhar no plano do desenvolvimento urbano, definindo um índice razoável para a área desportiva *per capita*, e que proceda ao planeamento dessas instalações e do aproveitamento de terrenos, por destinatários-alvo e níveis segundo previsões demográficas, para equilibrar as necessidades dos intervenientes entre os Desportos para Todos e Competitivo.

4. Promoção da indústria “Desporto+Turismo” e criação de oportunidades de desenvolvimento para os atletas

Macau possui o cartão-de-visita de cidade onde se realiza o Grande Prémio e tem realizado competições de renome internacional, estando reunidas as condições em termos de instalações, *software* e alojamento. A Administração Geral do Desporto da China manifestou que ia continuar a reforçar o intercâmbio e a cooperação desportiva com Macau, apoiando Guangdong, Hong Kong e Macau na organização com sucesso da 15.^a edição dos Jogos Nacionais em 2025. Proponho ao Governo que promova a indústria “Desporto+Turismo”, desenvolva os nossos eventos desportivos, itinerários turísticos, produtos e serviços, e construa uma cidade-modelo de turismo desportivo do País – como um rumo para a diversificação das nossas indústrias, e desenvolva uma cadeia da indústria desportiva amadurecida, criando mais possibilidades para a formação, o desenvolvimento e o emprego pós-reforma dos atletas locais.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 29.12.2021

Prestar atenção aos casos de corrupção revelados pelo CCAC, solicitar ao Governo que aprenda com a dor e estabeleça o seu prestígio na governação com integridade e imparcialidade

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) revelou recentemente que o ex-director dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) era suspeito de ter recebido enormes benefícios de empresários, pessoalmente e através de familiares, durante o seu mandato, abusando do seu poder, e de ter aprovado ilegalmente vários pedidos de projectos de construção, cujos benefícios e a quantidade envolvida são enormes. O juiz de instrução criminal ordenou a aplicação da medida de prisão preventiva aos três arguidos do processo e a aplicação de medidas de coacção de apresentação periódica, e proibição de ausência e de contactos aos cinco restantes arguidos. Estou certo de que o CCAC e o Tribunal estão empenhados no acompanhamento do caso, demonstrando a independência e a imparcialidade dos órgãos judiciais de Macau e persistindo na adopção de uma atitude de tolerância zero em relação às actividades de corrupção.

O caso encontra-se já em processo judicial, pelo que espero que as autoridades procedam a uma investigação rigorosa, para apurar as responsabilidades dos agentes e punir os infractores, em prol da justiça e da equidade da sociedade. Exorto o Governo a reflectir sobre o assunto, pois já houve um Secretário e dois directores no âmbito das obras públicas a praticarem actos de corrupção e fraude, pelo que o Governo deve proceder a uma revisão dos actuais trabalhos de concessão de terrenos e obras públicas, reforçando a fiscalização e a transparência dos procedimentos de apreciação e autorização, especialmente no que diz respeito às áreas onde é fácil a ocorrência de actos de corrupção, pois há que colmatar as lacunas.

Por outro lado, há que reforçar a implementação de diversos regimes legais contra a corrupção e estabelecer um sistema aperfeiçoado de responsabilização dos titulares dos cargos públicos, a fim de implementar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. No relatório das LAG para o corrente ano, definiu-se que se vai estudar a criação de um regime disciplinar próprio para o pessoal de direcção e chefia, mas este regime apenas se destina ao pessoal de direcção e chefia, sem incluir os titulares dos principais cargos. Uma vez que os titulares dos principais cargos têm mais poderes em matéria de apreciação e autorização, assim, é inevitável que no futuro não se repitam situações semelhantes às do ex-Secretário Ao Man Long. Tomando como referência a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, os destinatários desta não são apenas uma parte dos funcionários públicos, mas, sim, todos, onde se incluem superiores, inferiores e trabalhadores das entidades de carácter público. Assim, espero que o Governo acelere o aperfeiçoamento dos respectivos regimes, para evitar a existência permanente de “lacunas”, o que pode facilmente originar problemas na estrutura

administrativa, criando-se assim um berço para a corrupção.

Os dirigentes desempenham um papel importante na governação eficaz, sendo importante igualmente a sua capacidade, qualidade e personalidade. Assim, para além da criação de um aperfeiçoado regime de responsabilização, é necessário haver mecanismos de nomeação, selecção, promoção e formação fundamentados na competência pessoal. No caso de Ao Man Long, o ex-director das Obras Públicas, como testemunha, “perdeu a memória” muitas vezes; e a sua nomeação para o cargo de director, depois de ter deixado o “ninho”, foi criticada pela sociedade. Isto demonstra que o Governo deve efectuar uma avaliação sobre a nomeação e exoneração do pessoal importante e criar, quanto antes, mecanismos rigorosos para a selecção e contratação de pessoal.

Por último, o Governo tem de reforçar as capacidades do pessoal e criar uma equipa politicamente qualificada, para elevar o moral dos funcionários públicos e atrair quadros qualificados. Há que reforçar a formação ética dos funcionários públicos para elevar a sua consciência anticorrupção, a fim de criar uma imagem de integridade da governação, defender a justiça e a equidade da sociedade e estabelecer o prestígio de uma governação honesta e íntegra do Governo da RAEM.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 29.12.2021

Criação de um mecanismo para avaliar os resultados das acções de divulgação e promoção da Constituição e da Lei Básica

A Constituição e a Lei Básica são a base do regime constitucional das regiões especiais administrativas de Hong Kong e Macau. Ao longo dos 22 anos após o Retorno de Macau à Pátria, a ordem constitucional baseada na Constituição e na Lei Básica tem sido solidamente implementada, e o Governo e os diversos sectores sociais têm interpretado e concretizado, com toda a precisão, a política “um país, dois sistemas”, defendido firmemente a autoridade da Constituição e da Lei Básica e transmitido o valor fundamental de "amor à Pátria e a Macau", mostrando ao mundo a implementação bem-sucedida dessa política com características de Macau.

Desde o Retorno, o Governo promoveu fortemente a divulgação da Lei Básica, criou, com a participação proactiva da sociedade, a Associação de Divulgação da Lei Básica, as instituições para os respectivos estudos e a Galeria Comemorativa da Lei Básica, organizou diversas actividades e competições e reforçou acções de formação e de intercâmbio, concretizando a ideia da “Lei Básica nas aulas e no seio da sociedade”.

A divulgação e a promoção da Constituição começaram atrasadas, mas têm sido reforçadas nos últimos anos. Os serviços de educação reviram atempadamente o manual "Educação Moral e Cívica" para as escolas, com o aditamento de capítulos para a Constituição e a Lei Básica, e, entre os 115 cursos de licenciatura, 98, isto é, 85 por cento, contêm matérias sobre a Constituição e a Lei Básica. Fora das escolas, o Governo realizou acções diversificadas de divulgação, por exemplo, criou o Centro Juvenil de Divulgação Jurídica e equipas de voluntários para o efeito, e organizou *workshops* de divulgação jurídica em diversos bairros e actividades para o Dia da Constituição Nacional.

Segundo o “Estudo sobre o reconhecimento nacional dos residentes de Macau”, realizado recentemente em conjunto por várias associações, de entre os cinco aspectos, a saber: “Conceito de Estado”, “Um País, Dois Sistemas”, “Constituição e Lei Básica”, “Pleno poder de governação do Governo Central e alto grau de autonomia local” e “Opiniões e sugestões sobre o reconhecimento nacional”, o grau de reconhecimento dos residentes sobre a Constituição e a Lei Básica é o mais elevado, o que demonstra que o Governo obteve resultados notáveis na divulgação e promoção da Constituição e da Lei Básica.

Mas, de acordo com um estudo realizado recentemente pela Federação das Associações dos Trabalhadores da Função Pública de Macau, muitos trabalhadores da função pública já leram a Lei Básica, mas poucos leram a

Constituição. O número dos que leram a Constituição é inferior a metade do número dos que leram a Lei Básica, o que demonstra que os trabalhos de divulgação e promoção da Constituição ainda carecem de um reforço.

É inegável que os trabalhos de divulgação e promoção da Constituição e da Lei Básica realizados pelo Governo e pelos diversos sectores da sociedade foram muito eficazes, mas podemos ver que precisam de ser desenvolvidos de forma persistente e transmitidos de geração em geração. Espero que o Governo aprofunde a cooperação interdepartamental e, conjugando a educação regular nas escolas e a educação cívica na sociedade, desenvolva plenamente as funções de instalações como a da Base da Educação do Amor pela Pátria e por Macau para Jovens, e estude a viabilidade da construção de uma base de estudos sobre “Um País, Dois Sistemas”, para orientar e ajudar, de forma diversificada, os residentes a conhecer melhor o espírito essencial da Constituição e da Lei Básica, para estas se aprofundarem na mente da população. Mais, para a divulgação da Constituição e da Lei Básica ser mais eficaz, proponho ao Governo que crie um mecanismo científico para avaliar a sua eficácia e rever as insuficiências, a fim de melhorar oportunamente as formas de divulgação e elevar essa eficácia.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 29.12.2021

Os trabalhos do Comissariado contra a Corrupção e do Comissariado de Auditoria devem ser levados a sério, para o mecanismo de “olhar para trás” evidenciar o devido efeito

Nos relatórios divulgados na semana passada pelos Comissariado contra a Corrupção (CCAC) e Comissariado de Auditoria (CA), revelaram-se vários graus de irregularidades e infracções administrativas por parte dos serviços públicos e empresas de capitais públicos, bem como problemas que envolvem a utilização inadequada do erário público. Devo reconhecer o papel positivo desempenhado pelos CCAC e CA na promoção da melhoria dos trabalhos da administração pública e na fiscalização da utilização dos fundos públicos, mas estou desapontada por esses serviços públicos não terem levado o assunto a sério e corrigido os seus erros em tempo útil.

Veja-se como exemplo o “Relatório de sindicância sobre a concessão de subsídios do Plano de Desenvolvimento das Escolas pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo”. Em 2015, o CA divulgou também um relatório de “auditoria de resultados” envolvendo o Fundo de Desenvolvimento Educativo (FDE). O facto de os serviços públicos em questão ainda não terem concluído o seu trabalho de rectificação após tantos anos reflecte, novamente, a dificuldade de assegurar que os serviços públicos sejam verdadeiramente proactivos e tomem medidas de melhoria imediatas ao abrigo de um mecanismo não estatutário. Segundo o Relatório, houve várias lacunas no “Regulamento de acesso ao financiamento do Plano de Desenvolvimento das Escolas”, nomeadamente, nas diversas fases do financiamento, aliás, análise, apreciação e aprovação, concessão de verba e fiscalização, com a ocorrência de irregularidades previsíveis ou que podiam ter sido prevenidas.

De facto, desde a criação do FDE, este tem desempenhado, sem dúvida, um papel essencial na implementação da política “Promover a prosperidade através da educação e construir Macau através da formação de talentos”. Mas, com o desenvolvimento social, o público tem maiores expectativas na melhoria da qualidade da educação e na utilização racional dos fundos públicos. Quanto às lacunas do FDE indicadas pelo CCAC, exorto as autoridades a respeitarem as recomendações do relatório, empregando esforços para identificar, encarar e rectificar os problemas. Devem ainda tomar a iniciativa de submeter ao CCAC o devido relatório de melhoria, dando ênfase à pré-fiscalização e pós-fiscalização, a par de clarificar as respectivas orientações de requerimento. Por um lado, o dinheiro público deve ser racionalmente utilizado e, por outro, tem de haver mais comunicação com as escolas e o respectivo pessoal durante a monitorização, em prol de se efectuar rectificações legais no meio deste processo e de acabar com as falhas humanas.

É de notar que a 3.^a Comissão Permanente da Assembleia Legislativa está a apreciar a fusão dos três fundos, Fundo de Ensino Superior, Fundo de Desenvolvimento Educativo e Fundo de Acção Social Escolar, num único fundo autónomo. Mas, segundo o relatório do CCAC, se os problemas não forem resolvidos pela raiz, vão tornar-se mais complexos quando os três fundos forem fundidos. Proponho ao Governo que, aproveitando a fusão dos três fundos, optimize, com seriedade, as orientações transmitidas à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, aos fundos e às escolas, reforce o mecanismo de impedimento do pessoal e introduza as sugestões constantes do referido relatório no “Manual dos trabalhadores” das escolas e preste os respectivos esclarecimentos às escolas, para que a eficácia da fiscalização do funcionamento dos apoios financeiros seja elevada, o erário público seja aplicado racionalmente, as necessidades reais do funcionamento das escolas sejam equilibradas e os resultados da promoção do desenvolvimento educativo não sejam afectados.

O CCAC apresentou sete propostas para a melhoria dos trabalhos de apreciação, atribuição e fiscalização dos apoios financeiros concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo. Mas o ponto crucial reside em como assegurar que as respectivas sugestões sejam implementadas e que os problemas sejam corrigidos no tempo adequado. Assim, proponho mais uma vez ao Governo que, com base nos trabalhos de fiscalização do CCAC e do CA, e em relação aos seus relatórios, estude a criação de um mecanismo jurídico de “olhar para trás”, para instar os serviços a corrigir, atempadamente, os seus vícios segundo as sugestões apresentadas pelo CCAC e pelo CA, isto é, para além de obrigar os serviços e organismos públicos a proceder à correcção dentro do prazo fixado, exigir-lhes que apresentem ao CCAC e ao CA, por iniciativa própria e dentro do prazo fixado, relatórios sobre a situação de correcção, para evidenciar as funções legais dos dois comissariados e elevar a eficiência e o prestígio da governação.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 29.12.2021

Apoio aos residentes na procura de trabalho na Zona de cooperação aprofundada para alargar o espaço de emprego

Há dias, a DSAL lançou, em cooperação com a Direcção dos Serviços de Assuntos de Subsistência e a Direcção dos Serviços de Desenvolvimento Económico da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, a actividade intitulada “Mês de Recrutamento *Online* ‘Sem Distância’” entre Hengqin e Macau”, para criar uma plataforma de recrutamento entre os residentes de Macau e as empresas da Zona de Cooperação, divulgando informações de recrutamento na área específica intitulada “Recrutamento dos Residentes de Macau”, disponibilizada dentro do WeChat no “Recrutamento de Talentos em Hengqin”, para permitir-lhes procurar rapidamente os postos em que têm interesse e entregar os seus currículos. Actualmente, foram recebidos dados de mais de 400 postos, incluindo vagas em várias indústrias-chave da Zona de Cooperação, nomeadamente, novas e altas tecnologias, finanças modernas, macrosaúde, cultura, turismo, convenções, exposições e comércio, e postos de trabalho como gestor de laboratório, técnico em farmacologia, engenheiro revisor de projecto, técnico de alto nível, gerente de recrutamento, assistente a clientes, etc., para que os candidatos a emprego pudessem escolher livremente.

O “Novo Espaço para Facilitar a Vida e o Emprego dos Residentes de Macau” é um dos quatro principais posicionamentos estratégicos da Zona de Cooperação. A sociedade está satisfeita com a realização da actividade de recrutamento, o que permite aos residentes de Macau procurar um trabalho de forma mais rápida, precisa e adequada, aumentando as possibilidades de emprego, sendo que muitos postos de trabalho, anteriormente escassos em Macau, cujas regalias e perspectivas são satisfatórias, oferecem, assim, mais opções aos residentes de Macau, especialmente aos jovens e recém-licenciados.

Mas os residentes de Macau ainda enfrentam muitos desafios quando trabalham na Zona de Cooperação Aprofundada, por exemplo, os salários e regalias são muito inferiores aos de Macau nos empregos mais adequados para os recém-licenciados e jovens. Estes também têm de enfrentar as diferenças na cultura de trabalho, no ambiente e nos sistemas sociais. Se se mudarem para Hengqin para facilitar o trabalho, é preciso muito tempo para aprender e se adaptar à vida e ao trabalho. Macau e Hengqin estão separados por uma faixa de água e, nos últimos anos, as infra-estruturas de trânsito entre os dois territórios têm sido interligadas e articuladas entre si para facilitar a passagem alfandegária, e os residentes de Macau podem agora trabalhar em Hengqin durante o dia sem sair totalmente de Macau. Mas, nos últimos anos, devido ao surto epidémico, a passagem fronteiriça foi dificultada várias vezes, afectando aqueles que têm emprego transfronteiriço. Para resolver estas questões, as autoridades devem lançar mais políticas e medidas específicas para ajudar os residentes de Macau a

trabalharem e a viverem nessa zona, promovendo uma ligação profunda dos serviços públicos e do sistema de segurança social entre esta zona e Macau, para que os residentes de Macau possam aí fixar residência e integrar-se. Assim, sugiro que as acções de recrutamento mensal passem a ser regulares, incentivando as empresas da Zona de Cooperação Aprofundada a contratarem mais trabalhadores locais. Mais, deve-se organizar periodicamente visitas às empresas dessa zona para os residentes de Macau conhecerem o ambiente e o conteúdo laborais, e aumentarem a sua confiança nos empregos aí.

A zona de cooperação aprofundada na Ilha de Hengqin é uma grande oportunidade para o desenvolvimento de Macau, e os residentes de Macau devem aproveitar para acompanhar o comboio rápido do crescimento, integrando-se activamente no desenvolvimento dessa zona e do nosso País. A participação dos residentes nesse projecto vai promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, para que o princípio “um país, dois sistemas” se desenvolva de forma mais estável e vá mais longe.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 29.12.2021

Exortar o reforço da fiscalização às empresas de capitais públicos

O Comissariado de Auditoria divulgou, recentemente, o relatório de auditoria de resultados intitulado “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. (Macau Investimento)”, isto é, mais um acompanhamento da situação dessa empresa, depois do acompanhamento de Dezembro do ano passado. Segundo o relatório, a filial da Macau Investimento, ou seja, a Parafuturo de Macau Investimento e Desenvolvimento Limitada (Parafuturo), propôs a aquisição de um centro de convenções que não reunia condições de venda devido à falta de título de propriedade, o que demonstra a falta de prudência na tomada de decisões sobre elevados investimentos e de garantia da boa aplicação do erário público. Essas críticas são idênticas às da auditoria realizada no ano passado sobre o funcionamento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, o que deixou a sociedade surpreendida.

Essa filial propôs adquirir um centro de convenções por 306 milhões de patacas, mas, desde as negociações em 2016, o problema do título de propriedade ainda não tinha sido resolvido, e a empresa continuou a assinar um contrato de arrendamento por 18 anos. Face a esse orçamento tão elevado, será que não havia outra opção melhor? Como foi o processo de tomada de decisão? O que mais nos levanta dúvidas é o seguinte: a Parafuturo só podia “pedir ao proprietário a alteração do contrato de arrendamento para prorrogar o prazo de isenção de renda”, mas será que o pedido foi bem-sucedido? Será que não há uma cláusula que garanta, por exemplo, que o proprietário tem de indemnizar o comprador por não conseguir realizar a entrega dentro do prazo estipulado? A empresa nunca deu uma resposta clara.

A “Sociedade de Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A.” foi criada em 2011, por isso, há dez anos, e, até ao final do ano passado, o seu capital social ascendia a 9285 milhões de patacas, mas várias vezes foram detectados problemas de gestão. No próximo ano, o Governo planeia aumentar o capital para um valor de 2600 milhões de patacas. Não será isto um “lago sem fundo”? Assim, o Governo deve tomar a iniciativa de esclarecer isto e de criar mecanismos para garantir o erário público.

Os dois relatórios de auditoria revelam os problemas dessa sociedade, demonstrando que, devido à falta de legislação específica e de um regime rigoroso de fiscalização, não se consegue garantir que as empresas de capitais públicos cumpram os princípios de justiça, imparcialidade e prudência na tomada de decisões de investimento, na gestão e no funcionamento, bem como na contratação de pessoal e nas aquisições. Apelo mais uma vez ao Governo para que reforce, quanto antes, a fiscalização sobre as empresas públicas, através de produção legislativa e de outras medidas:

Primeiro, há que definir normas mais rigorosas para as decisões sobre “operações de maior relevo”, nomeadamente, a fusão ou a dissolução de empresas, bem como o financiamento, investimentos e aquisições de grande importância, e o Governo deve ter algum poder de apreciação e aprovação; mais, há que existir mecanismos para esclarecer à Assembleia e ao público, para garantir a transparência na injeção de capital por parte do Governo e no funcionamento das empresas, e há que reforçar a fiscalização prévia e concomitante, para evitar que só quando se registar perda do erário público e se prejudicar o interesse público é que “se vão encontrar as insuficiências e melhorar os trabalhos”, pois isto será em vão.

Segundo, reforçar a fiscalização das filiais. Atendendo às necessidades e conveniências operacionais, é possível que as empresas públicas criem diversas empresas subsidiárias, e só a Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. já tem 21 empresas filiais, portanto, há que criar um regime para evitar lacunas na fiscalização.

Terceiro, definir regras de recrutamento e gestão de pessoal. As avultadas verbas detidas ou gastas pelas empresas públicas provêm do erário público, por isso, o pessoal deve possuir conhecimentos e capacidade profissionais e experiência, e a sua direcção tem a responsabilidade de defender o erário público. Assim, o Governo deve criar um regime perfeito de gestão do pessoal, observando os princípios da publicidade e da justiça no respectivo provimento, pois, tal como referido no relatório de auditoria, tem de haver mecanismos para elevar a eficiência da fiscalização e se proceder rigorosamente à responsabilização.

Quarto, reforçar a divulgação e a transparência de informações. Com base nas instruções para a divulgação de informações pelas empresas públicas existentes, é necessário criar um regime que regule os princípios a seguir na divulgação de informações sobre o funcionamento das empresas, a criação de filiais, as aquisições, a gestão financeira, a retenção de lucros, e a elaboração do relatório anual, etc., para reforçar a transparência e o rigor do seu funcionamento, e ainda a fiscalização pública.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 29.12.2021

Planeamento geral do trânsito e transportes terrestres de Macau

O último plano decenal para o trânsito e transportes terrestres de Macau (2010-2020) terminou em 2020. Embora ainda não tenha sido concretizado o planeamento da rede viária, que tem o metro ligeiro como “eixo principal, autocarros e táxis como base e o sistema pedonal como apoio”, o Governo tem feito muitos trabalhos para resolver a questão do trânsito, por exemplo: a entrada em funcionamento da Linha da Taipa do Metro Ligeiro, a celebração de novos contratos para os autocarros, e a reorganização e fusão dos itinerários dos autocarros, e ainda foram concluídos, nos últimos anos, vários sistemas pedonais e otimizados vários equipamentos pedonais, o que mereceu o reconhecimento da maioria dos cidadãos. O Governo prevê que o Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030), para o próximo decénio, esteja concluído em 2022. Para além de agarrar o ritmo de trabalho e concluir, quanto antes, o respectivo planeamento, o Governo deve retirar os devidos ensinamentos das experiências passadas, evitando que o conteúdo do planeamento esteja “fora da realidade” e desactualizado em relação ao desenvolvimento social, impedindo assim a sua concretização, portanto, o Governo deve reforçar a autoridade do planeamento, para que este seja científico e viável.

Durante estes dez anos, na sociedade de Macau houve mudanças substanciais, ao nível da situação demográfica, número de veículos, situação rodoviária, fluxo de turistas, posicionamento urbano, espírito da governação, funções dos postos fronteiriços, serviços de autocarros, elementos complementares de tráfego, etc. O Governo tem de ajustar o rumo das políticas de trânsito, acelerando a construção das diversas linhas do metro ligeiro. Em especial, tem de aperfeiçoar os serviços de autocarros e melhorar a sua frequência e carreiras, resolvendo, sobretudo, as dificuldades em apanhar autocarros nas horas de ponta. Mais, também tem de rever e aditar mais sistemas pedonais e instalações sem barreiras arquitectónicas, aumentando a segurança e a articulação entre os sistemas pedonais, a fim de disponibilizar aos residentes mais uma opção nas suas deslocações.

O plano geral de trânsito e transportes terrestres é o futuro do nosso trânsito dos próximos dez anos, que deverá ser prospectivo, para além de conseguir resolver os velhos problemas. Há dois pontos que espero que o Governo inclua no planeamento: 1) Promover o desenvolvimento do trânsito inteligente. Com base na inteligência artificial e nos megadados, o trânsito inteligente pode ter vários rumos de desenvolvimento, por exemplo: aproveitar essa inteligência para identificar as características dos veículos, as infracções rodoviárias, etc., e aperfeiçoar as técnicas e políticas de condução não tripulada; aproveitar os megadados para analisar e prever o tráfego urbano e efectuar um macro ajustamento com base nos resultados; e usar modelos que reproduzam as características do sistema real de transporte, prestando apoio na tomada de

decisões para o planeamento e reordenamento do trânsito, etc. Espero que o Governo possa clarificar o plano de desenvolvimento e as perspectivas do nosso trânsito inteligente. 2) Reflectir a visão geral da integração na Grande Baía. Com o aumento dos postos fronteiriços de Macau com o exterior, o desenvolvimento contínuo da zona de cooperação aprofundada e o aceleração da respectiva integração, é necessário melhorar as instalações de trânsito complementares nos postos fronteiriços e a ligação do trânsito entre as regiões; efectuar o desvio do tráfego nas zonas do posto fronteiriço de Qingmao e da Ponte Delta; e construir quanto antes o túnel subaquático de ligação entre Zhuhai e o Porto Interior, e a quinta ligação rodoviária marítima. Em meados de Dezembro, entraram em funcionamento, a título experimental, as “carreiras exclusivas entre Hengqin e Macau”, para facilitar as deslocações dos residentes das duas regiões às principais zonas habitacionais e aos pontos turísticos. Mas trata-se de uma medida a curto prazo, pois as carreiras só funcionam nos feriados e fins-de-semana. Assim, sugere-se a criação de autocarros regulares transfronteiriços, para alargar a cobertura e promover o desenvolvimento das duas regiões.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 29.12.2021

Prestar atenção à sobrevivência das PME e reforçar a protecção das empresas e dos seus trabalhadores

Com a propagação da nova variante do vírus, a situação epidémica de várias regiões do Interior da China voltou a registar novos casos, não havendo data para a retoma dos “visitantes excursionistas”, e Macau continua a enfrentar dificuldades na recuperação económica. Mais, recentemente, várias salas VIP encerraram, afectando ainda mais a confiança do mercado. O Ano Novo Chinês está a chegar e, perante um ambiente económico complexo, algumas PME já estão a pensar em fechar portas. Se a situação não for melhorada de forma eficaz, não se exclui a possibilidade do surgimento de uma “onda de encerramentos” no próximo ano. Assim, as autoridades devem dar atenção à situação de exploração das micro, pequenas e médias empresas, envidando todos os esforços para fortalecer a confiança dos operadores, apoiando a sobrevivência das empresas e realizando bem o trabalho de “garantir o emprego e a vida da população, e de estabilizar a confiança e a sociedade”.

Há tempos, os quatro deputados dos sectores comercial e industrial solicitaram ao Governo a criação de uma “Lei de promoção das micro, pequenas e médias empresas”, para reforçar a protecção às empresas e aos seus trabalhadores. Concordo plenamente com as opiniões do Deputado Ip Sio Kai, no sentido de se criar, quanto antes, o “Fundo de garantia de riscos para as micro, pequenas e médias empresas”, com vista a proporcionar uma maior garantia para a estabilidade das suas actividades. Assim, o Governo deve continuar a otimizar o ambiente de negócios das micro, pequenas e médias empresas, para que, ao mesmo tempo que as empresas estabilizam as suas actividades, tenham condições para explorar novos mercados, aumentar os postos de trabalho e promover a recuperação económica. Há que ainda definir claramente a idade de aposentação nas micro, pequenas e médias empresas, com vista a apoiar o seu desenvolvimento contínuo, saudável e estável.

Devido ao impacto contínuo da epidemia, a pressão dos jovens de Macau sobre o emprego é grande. Proponho ao Governo que estude, quanto antes, a criação de uma idade legal para a aposentação, para que as empresas possam concretizar a substituição de mão-de-obra normal, a renovação dos postos de trabalho e a criação de mais oportunidades de emprego para os jovens. Clarificando a idade legal para a aposentação, por um lado, contribui para racionalizar as diferenças de “saída por atingir o limite de idade” e “despedimento”, para não prejudicar a relação harmoniosa entre os empregadores e os trabalhadores; por outro lado, os trabalhadores idosos, que trabalham arduamente durante toda a sua vida, podem desfrutar da sua velhice tranquila e sem preocupações, e os postos de trabalho vagos podem ser uma

oportunidade para os jovens progredirem na carreira, o que não é apenas um carinho para com o trabalhador, mas também para com a sociedade.

Além disso, há que dar importância às necessidades de consumo dos idosos e promover activamente a “economia dos serviços de assistência a idosos”. À medida que a tecnologia médica avança e a esperança média de vida da população aumenta, há um número crescente de pessoas “com maior idade, mais poupanças e um elevado nível de educação”. Para além das suas necessidades de cuidados com a saúde física, os idosos com estas três características estão também mais conscientes de como levar uma vida de qualidade e estão, portanto, mais dispostos a gastar dinheiro com eles próprios.

Mas, devido à pequena dimensão do mercado de Macau, há dificuldades no desenvolvimento inicial de muitas novas indústrias. O Governo lançou um esquema de subsídio às empresas sociais para os idosos, a fim de apoiar os idosos a darem plena importância às suas paixões e a alcançarem um sentido de merecimento. Sendo a indústria dos serviços de assistência a idosos uma indústria para melhorar a qualidade de vida dos residentes de Macau no futuro, o apoio adequado à sociedade para desenvolver esta indústria é indispensável.

Pelo exposto, nós, os quatro deputados do sector industrial, comercial e financeiro sugerimos ao Governo que estude e implemente medidas incentivadoras para o apoio ao desenvolvimento da referida indústria, de modo a que esta se possa desenvolver eficazmente em Macau e satisfazer as necessidades e características de consumo dos idosos, explorando novos espaços e potencialidades de consumo, convertendo, assim, os clientes idosos em clientes de qualidade das empresas e tornando este grupo numa nova força motriz para a recuperação económica!

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 29.12.2021

A recente visita dos atletas chineses com medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos demonstrou o carinho e o apoio do País a Macau, fazendo com que a população de Macau visse de perto os atletas nacionais, e reforçando o seu sentimento de pertença à Pátria e o seu orgulho. No momento em que o desporto voltou a ser dinamizado, é preciso aprender com os atletas o espírito de ultrapassar as dificuldades e de persistência, sobretudo na fase de recuperação económica pós-epidemia. Esta visita trouxe mesmo muita energia positiva à sociedade.

A delegação de Macau também trouxe energia positiva à sociedade e ao desporto local e obteve excelentes resultados, respectivamente, nos “14.^{os} Jogos Nacionais” e nos “Jogos Desportivos para Pessoas com Deficiência”, alcançando uma grande honra para Macau, o que demonstra a prosperidade do nosso desporto e os esforços envidados pelos atletas, sem medo de dificuldades, e, claro, o apoio do Governo da RAEM, do Instituto do Desporto, da Associação Geral, dos treinadores e da equipa.

Para que os atletas não tenham preocupações, as instalações desportivas e o apoio das equipas nos bastidores são muito importantes. Por exemplo, o Centro de Formação e Estágio de Atletas proporciona um ambiente de treino aperfeiçoado e flexível para várias modalidades desportivas, apoiando a necessidade de treino dos atletas. Sobretudo, durante o estágio, a abertura das instalações como a residência pode tornar o tempo dos atletas mais flexível, reduzir a pressão no transporte e permitir que se integrem plenamente nos treinos e se preparem melhor para as competições a seguir.

Relativamente ao trabalho nos bastidores, referi neste hemiciclo a questão da profissionalização do desporto e das instalações desportivas, e os quadros qualificados na área do desporto de Macau devem acompanhar essa profissionalização. Os treinadores, médicos de equipa, fisioterapeutas, psicoterapeutas, dietistas e académicos da área do desporto, entre outros, são também “equipamentos” preciosos dos atletas. Perante o problema da falta de médicos de equipa e de fisioterapeutas, o Governo deve pensar activamente nas formas de resolução, por exemplo, cooperar com os fisioterapeutas privados e reforçar o papel de liderança do Instituto do Desporto, congregando mais pessoal qualificado nos médicos de equipa e de investigação científica, e formando mais talentos desportivos para prestar apoio aos atletas, a fim de desenvolver o desporto de Macau a longo prazo.

As garantias pós-reforma também são importantes. O actual “Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados” concede apenas um subsídio para o pagamento de propinas e um subsídio de subsistência durante a formação. Espero que o Governo melhore o Projecto de

(Tradução)

Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite e o Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados, para os atletas poderem ter mais garantias e não terem preocupações com o seu futuro. Ao mesmo tempo, há que ajudar os atletas reformados a encontrar emprego e novas saídas, para os mais jovens poderem dedicar-se firmemente ao desporto, e com isso estimular o moral dos atletas, tendo como objectivo preparar os atletas para os Jogos Asiáticos de Hangzhou, no próximo ano, e os 15.^{os} Jogos Nacionais a realizar em Guangdong, Hong Kong e Macau, em 2025.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 29.12.2021

Lei sindical

A Lei sindical é relevante para materializar a salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores e empregadores, e a optimização dos diplomas legais no domínio do trabalho. Muitos países promulgaram já leis desta esfera, e Macau, enquanto cidade cosmopolita de renome mundial, não deve permitir que esta lacuna continue, apesar de em Macau se ter mantido relações laborais harmoniosas. Deve, antes, acompanhar o ritmo nacional o mais rapidamente possível e estar de acordo com as normas internacionais. Tal legislação contribui não só para melhorar o sistema jurídico de Macau, mas também para proteger melhor os direitos e deveres dos residentes, para que tenham leis para seguir e o Governo da RAEM possa assegurar a boa governação de acordo com a lei.

A consulta pública sobre a Lei Sindical concluiu-se recentemente, mas o documento ainda precisa de ser densificado e clarificado. De acordo com o documento de consulta, o âmbito de aplicação não abrange os trabalhadores da administração pública, os agentes das Forças e Serviços de Segurança, nem as profissões ou sectores que prestam serviços em resposta às necessidades básicas da população, dada a particularidade da natureza do trabalho. Porém, nos termos do artigo 27.º da Lei Básica, os residentes de Macau gozam da liberdade de expressão, de imprensa, de edição, de associação, de reunião, de desfile e de manifestação, bem como do direito e liberdade de organizar e participar em associações sindicais e em greves, portanto, o direito de associação e de greve desses trabalhadores também deve ser efectivamente protegido. Assim, se a Lei Sindical visa trabalhadores gerais e não é transversal, acho que deve ser definido um diploma específico para os referidos trabalhadores, assegurando adequadamente os seus direitos e interesses. Quanto ao direito de greve, algumas opiniões defendem uma legislação própria, para concretizar este direito consagrado na Lei Básica. Acho que a questão tem muitas implicações e deve ser mais discutida para alcançar consenso.

Por outro lado, há em Macau muitas associações sindicais, de grande e pequena dimensão, que desempenham funções de gestão social, portanto, para além de a Lei Sindical se focar na definição, papel, tipo, direitos, deveres e responsabilidades das associações sindicais, há que fazer um estudo pormenorizado, tendo em conta a situação real das associações sindicais existentes em Macau, incluindo os procedimentos de transferência de propriedade, e as propostas de criação e junção de sindicatos, para que estes e as associações possam desempenhar bem as suas funções e promover conjuntamente a boa governação social e o desenvolvimento harmonioso e próspero da sociedade.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 29.12.2021

Expandir o âmbito dos cuidados dentários para melhorar a saúde e o bem-estar da população

Os dentes são a parte do corpo mais usada e a primeira barreira para proteger a saúde, por isso, manter uma boa capacidade de mastigação é muito importante para a promoção da saúde física e mental. Segundo alguns estudos, se a mastigação é fraca, isso não só afecta a nutrição e a qualidade de vida, como também aumenta a demência e o risco de contrair diversas doenças.

Em Macau, muitos idosos têm falta de cuidados de saúde dentários, devido às suas condições de vida precárias e aos fracos conhecimentos sobre medicina dentária, entre outros factores, o que provoca o desprendimento de dentes, afectando a vida quotidiana dos mesmos. Mas, para os idosos e para as famílias desfavorecidas, a colocação de prótese dentária é um grande encargo, e o longo tempo de espera no hospital público dificulta a vida dos idosos. O Governo apresentou, em 2019, as Linhas de Acção Governativa sobre o “aprofundamento da prestação de cuidados de saúde a grupos específicos e reforço das garantias integradas de saúde”, e lançou o “programa piloto de prótese dentária para idosos”, concedendo apoio financeiro aos idosos que reúnem os requisitos para a colocação de uma prótese dentária e transferindo os idosos para diferentes instituições médicas sem fins lucrativos, o que não só diminui os encargos económicos destes, como também diminui a pressão do tratamento odontológico público. Com a redução da idade, aumenta-se o número de idosos beneficiados e obtém-se o apoio e o reconhecimento da população.

Ao mesmo tempo, também recebi *feedback* de um número considerável de idosos sobre muitas pessoas com idade compreendida entre os 65 anos necessitarem de próteses, por isso, não percebem porque é que o programa foi definido para os 75 anos, e questionam porque é que os idosos têm de esperar até terem “dentes podres para obterem as próteses”. Assim, apelo às autoridades competentes para ponderarem a redução faseada da idade dos destinatários do “programa piloto de prótese dentária para idosos”, de 75 para 65 anos, com vista a que mais idosos possam ser beneficiados, podendo ter uma vida condigna na velhice, demonstrando ainda mais a preocupação do Governo com a saúde dos idosos.

Por outro lado, segundo vários estudos, a capacidade de mastigação das crianças está intimamente relacionada com o desenvolvimento intelectual e a saúde física e mental. O Governo disponibiliza cuidados dentários gratuitos às crianças, mas esses cuidados para as crianças com menos de 6 anos de idade não são suficientes, assim, proponho ao Governo e às autoridades competentes que reforcem a divulgação sobre os cuidados dentários às crianças, e que ponderem a aplicação semestral ou anual de fluoretos às crianças com idade entre um a seis anos, para reduzir dores e cáries dentárias e melhorar a

capacidade de mastigação das crianças. Por outro lado, para além da colaboração com as instituições médicas sem fins lucrativos, as autoridades podem ainda ponderar a aquisição de serviços odontológicos privados, com vista a reduzir o tempo de espera para a prestação de cuidados de saúde e a proporcionar mais opções aos cidadãos.

A Organização Mundial de Saúde, através do *slogan* “A saúde oral é uma parte fundamental da saúde geral”, alerta as pessoas para prestarem atenção aos problemas orais que estão intimamente relacionados com a saúde de todo o organismo, por isso, a saúde dentária não pode ser considerada como um problema pequeno. Solicito ao Governo e às autoridades competentes que reforcem as acções de divulgação sobre os cuidados dentários, alarguem o âmbito desses serviços a toda a população, introduzam a aplicação de fluoretos às crianças com idade entre um a seis anos, e reduzam para 65 anos o acesso ao Programa piloto de prótese dentária para idosos, permitindo uma articulação perfeita dos cuidados dentários, e assim será possível proteger a saúde dentária de todos os residentes e reduzir o risco de contrair vários tipos de doenças e, a longo prazo, reduzir os encargos médicos de toda a sociedade.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 29.12.2021

As políticas de prevenção epidémica devem estar em conformidade com as do País

Macau diagnosticou, no passado dia 27, o primeiro caso da variante Ómicron do novo coronavírus, num residente de 23 anos regressado dos Estados Unidos de América (EUA). Como o doente infectado estava em quarentena, não provocou transmissão. Entretanto, os residentes estão preocupados, novamente, com os eventuais casos de infecção provenientes de fora. Com a aproximação do Natal e Ano Novo, muitos residentes que estão no estrangeiro regressam a Macau para férias, aumentando as hipóteses de trazer o vírus. Como a Ómicron é mais contagiosa do que a Delta, o Centro de Coordenação de Contingências exortou também os residentes no estrangeiro a minimizar o mais possível as viagens, com base no princípio "não viajar a não ser que seja necessário".

Desde o surgimento da Ómicron em África, esta propagou-se amplamente na Europa e nos EUA. Antes da chegada do Natal, os países europeus alteraram as suas políticas de prevenção e controlo de epidemia, assinaladas por "viver com o vírus", e adoptaram medidas mais rigorosas de restringir o convívio, com vista a reduzir a aglomeração de pessoas durante o Natal. É preocupante que a Ómicron se esteja a espalhar rapidamente como resultado da anterior flexibilização da política na Europa e nos EUA.

Desde o início do Inverno deste ano, tem havido uma recorrência da epidemia em algumas províncias e cidades do Interior da China, e foram detectados também casos confirmados nas vizinhas Guangzhou e Dongguan, causando tensão emocional nos residentes, devido à eventual impossibilidade de manter a interacção normal entre Macau e o Interior da China. Creio que as medidas de prevenção epidémica adoptadas no Interior da China são rigorosas e eficazes. Gostaria de exortar todos a serem vacinados ou a receberem a dose de reforço quanto antes, e a reduzirem as viagens ou as actividades entre províncias, e a evitarem viagens desnecessárias ao exterior.

Em Macau, a maioria dos principais bens essenciais provêm do Interior da China, portanto, desde que a epidemia seja controlada e havendo a retoma da normalidade nas fronteiras, os bens essenciais são abundantes. Nos últimos dois anos, devido às restrições impostas por causa da epidemia, destacou-se ainda a importância dos visitantes do Interior da China para o apoio económico de Macau. Com o apoio da Pátria, Macau tem adoptado medidas rigorosas de prevenção e controlo epidémicos, seguindo as orientações e as políticas da Comissão Nacional de Saúde, o que é suficiente para tranquilizar a população.

Verificou-se que, nos últimos dias, todos se preocuparam com a passagem fronteiriça entre Hong Kong e Macau, e também se reparou que a taxa de vacinação das pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 60 anos é de

90% (tendo-se vacinado 492 536 pessoas, das quais 460 244 já tomaram 2 doses), mas a taxa de vacinação dos idosos e dos estudantes ainda não atingiu o número previsto. De acordo com os dados de um estudo recente, para resistir à variante Ómicron, a taxa de vacinação deve ser superior a 90%. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. A passagem fronteiriça entre Guangdong e Hong Kong está a aproximar-se, sugerindo-se que Macau também siga as políticas nacionais para ter passagem com Hong Kong e, neste momento, deve haver uma boa preparação para a passagem das fronteiras e as medidas de contingência, para os residentes de Hong Kong e Macau poderem regressar rapidamente à normalidade, em situações de segurança controlada, especialmente no que respeita aos serviços de assistência médica e de visita aos familiares de residentes.

2. Para reforçar a cooperação das escolas na prevenção da vacinação, os serviços de educação e de saúde devem tomar a iniciativa de reforçar a comunicação com as escolas, a fim de proporcionar uma comunicação abrangente de vacinação aos estudantes e seus pais, e de sensibilizar para a vacinação contra a COVID.

3. Deve-se reforçar a cooperação com as associações tradicionais, os serviços de acção social devem tomar a iniciativa de prestar atenção às preocupações e à saúde dos idosos, e, através da actividade de prémios e incentivos realizada pelas associações, deve-se permitir que os idosos com estado de saúde adequado possam ser vacinados quanto antes. Isto não só cria barreiras para a prevenção da epidemia, reduzindo assim o risco de transmissão, como também pode reduzir a infecção ou os sintomas.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 29.12.2021

Revitalizar a economia das zonas do património mundial e promover a sua diversificação adequada

O Governo tem vindo a promover o embelezamento das Ruas dos Ervanários e de Nossa Senhora do Amparo e do Pátio de Chon Sau, para realçar as características comunitárias, introduzir elementos digitais, e promover a reconversão e valorização das lojas, o que enriqueceu a experiência de divertimento dos residentes e turistas, prolongou o tempo de estadia dos consumidores nos bairros, estimulou ainda mais o consumo na zona em causa e dinamizou a economia comunitária.

Os bairros referidos fazem parte do “Centro Histórico de Macau”, e as construções, praças, pátios, becos e travessas são as principais características de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Alguns participantes na revitalização da economia comunitária da Rua dos Ervanários esperam que o Governo reforce a cooperação interdepartamental, e que, de acordo com a situação real da zona, defina regulamentos adequados e exequíveis sobre a segurança contra incêndios, os reclamos e as caixas de publicidade e de luz dos edifícios antigos, etc.

Além disso, os locais referidos são zonas tampão do património mundial. Nos termos da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural”, “as zonas de protecção devem garantir a conservação do seu aspecto característico”. Segundo o meu entendimento, algumas peças constituintes de edifícios antigos, por exemplo, portões e tábuas das lojas antigas, já não podem ser adquiridos pelos próprios moradores e lojistas. Se o Governo puder tomar como referência as experiências de restauro das construções antigas de Macau, e tomar a iniciativa de proceder à concepção e reparação uniforme das respectivas ruas, fachadas, portões, tábuas e coberturas, de acordo com as suas características originais, não só a zona comunitária vai ficar mais limpa e bonita, mas também se vão destacar a sua atmosfera histórica e cultural e as características arquitectónicas, contribuindo para criar uma percepção geral de espaço com os pontos turísticos de Património Mundial.

Segundo alguns moradores, ao longo dos anos, não se conseguiu contactar os proprietários de algumas construções desse bairro, o que dificulta a sua revitalização. Assim, o Governo deve ponderar a criação de um grupo interdepartamental específico para proceder adequadamente à limpeza e manutenção das respectivas construções por razões de interesse público, salvaguardando o direito de propriedade, com vista a obter um efeito global na revitalização desse bairro. Por outro lado, é inevitável que a vida dos residentes seja afectada pela prosperidade económica dos bairros comunitários, por isso, o Governo deve ajudar os moradores a melhorar as suas condições de isolamento

acústico e a manter as fachadas dos edifícios. As autoridades devem também otimizar as diversas condutas das paredes exteriores e os aparelhos de ar condicionado dessas construções, resolver o problema das infiltrações de água e garantir o conforto de vida dos moradores.

Quanto às lojas, o Governo deve ter em conta o planeamento do tipo de lojas típicas nesse bairro, para que haja nele tanto as lojas tradicionais de Macau como as lojas típicas mais jovens, disponibilizando aos turistas produtos e serviços diferenciados que integram a informação humanística e histórica das ruas e dos quarteirões onde se encontram essas lojas. Ao mesmo tempo deve-se alargar a cobertura do *Free WiFi* para facilitar o acesso pelos turistas. Mais, o Governo deve recolher as opiniões dos comerciantes e fazer um balanço das experiências de funcionamento do Fundo de Cultura e do Fundo das Indústrias Culturais, otimizando os procedimentos administrativos e as políticas do Fundo de Desenvolvimento da Cultura.

Por último, quando planear o rumo de desenvolvimento das empresas dos bairros antigos, espero que o Governo consiga um maior equilíbrio entre a protecção do património mundial, a revitalização da economia dos bairros antigos e a melhoria da qualidade de vida dos residentes. As autoridades devem apoiar a reconversão e valorização económica e o desenvolvimento digital dos bairros antigos, e promover o uso amplo da ciência e da tecnologia por parte das empresas, com vista a promover a diversificação adequada da economia de Macau.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 29.12.2021

Rever, de forma global, os fundos das diversas tutelas no sentido de racionalizar o uso do erário público

Há dias, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgou o “Relatório de investigação sobre os apoios financeiros concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo (FDE) aos planos de desenvolvimento das escolas”, no qual se revela a existência de deficiências na fiscalização por parte do Fundo e de ilegalidades administrativas, o que faz com que a sociedade de Macau esteja altamente atenta à evolução deste caso. Isto por, já em 2015, um relatório de auditoria ter revelado a existência de tais problemas, só que os serviços competentes não procederam a melhorias conforme as recomendações e, portanto, desta vez pode ser considerado um erro repetido, o que não só causa prejuízo ao erário público, como ainda afecta a confiança da sociedade na acção governativa.

Devido ao rápido desenvolvimento de Macau, no passado, o cofre do Governo estava a abarrotar, tendo sido criados diversos fundos para apoiar o desenvolvimento da sociedade, especialmente no desenvolvimento da educação de talentos, que ocupou o maior investimento do Governo. Assim, foi implementada a escolaridade gratuita de 15 anos e, em 2019, a taxa de acesso ao ensino superior dos residentes atingiu 95 por cento. Estes resultados foram conseguidos através do investimento de recursos. Mas é de salientar que, no processo de investimentos elevados, de facto, tem havido insuficiência na fiscalização da aplicação de recursos, sendo o FDE um dos exemplos mais notórios.

Face ao abrandamento do progresso social, e com vista a manter um desenvolvimento saudável de longo prazo, a evolução da sociedade deve pautar-se pela qualidade, em detrimento da quantidade. O Governo tem de reavaliar o desenvolvimento extensivo do passado e aproveitar esta oportunidade para examinar, de forma global, os regimes que regem os fundos das diversas áreas, para que os seus efeitos sejam mais precisos e acertados, de modo a que o erário público seja utilizado e fiscalizado da melhor forma.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. A revelação repetida de problemas com o FDE merece uma reflexão profunda. Como pôde uma direcção de serviços não ter dado importância às opiniões constantes do relatório de auditoria de 2015, verificando-se omissões e até mesmo ilegalidades administrativas? O Governo deve, para além de exigir as devidas correcções de acordo com o relatório do CCAC e a efectivação de responsabilidades, aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização interna, nomeadamente, o de supervisão dos subordinados. Por outro lado, o Gabinete

para o Planeamento e a Supervisão de Activos Públicos deve também acelerar a implementação de um regime uniformizado de gestão e fiscalização dos fundos autónomos, para que o seu desenvolvimento seja melhor regulamentado e mais transparente.

2. Em Macau há 19 fundos autónomos, que envolvem avultados fundos públicos e estão distribuídos por diferentes áreas. O Governo deve tomar como referência o caso do Fundo de Desenvolvimento Educativo e, enquanto não existir um regime de supervisão, proceder a uma avaliação global da situação de desenvolvimento dos diferentes tipos de fundos no que diz respeito à eventual existência, ou não, de situações semelhantes às que foram descobertas na apreciação e autorização dos pedidos, e também aperfeiçoar ainda mais a regulamentação.

3. Ao longo dos anos, a sociedade tem considerado que há muitos fundos criados pelo Governo, alguns deles sobrepostos, com desperdício de recursos. O novo Governo da RAEM tem vindo a reestruturar e a fundir os fundos para o seu desenvolvimento. Por exemplo, recentemente, o “Fundo de Cultura” e o “Fundo das Indústrias Culturais” foram fundidos no “Fundo de Desenvolvimento da Cultura”, o que pode simplificar ainda mais a apreciação e a aprovação, favorecendo a integração de recursos. Mas há que ter em atenção que o regime de apreciação e autorização de fundos e o regime de fiscalização devem ser aperfeiçoados ao mesmo tempo. Mais, em relação a alguns programas de apoio financeiro do passado, deve-se reconsiderar a sua necessidade, especialmente em relação a alguns projectos de grande investimento e de baixa eficácia. Se for necessário, deve-se parar algum deles, evitando que sejam fundidos apenas por fundir. Deve-se implementar o princípio da aplicação prudente do erário público, pois, só assim é que os respectivos fundos podem ser maximizados, e o erário público pode ser fiscalizado e utilizado adequadamente.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 29.12.2021

Fazer bem a construção de “uma base” para acelerar o desenvolvimento das indústrias culturais

Recentemente, no 11.º Congresso Nacional da Federação Chinesa de Círculos Literários e Artísticos, o Presidente Xi Jinping afirmou que, tendo por base a China, há que contar bem a história da China e criar imagens culturais da China mais reconhecidas globalmente, para mostrar ao mundo uma China viva e dinâmica, criando-se um novo capítulo para a construção de uma comunidade com destino comum.

Este ano é o centenário da fundação do Partido Comunista da China. Ao promover a revitalização da nação chinesa, o País conta proactivamente a história da China e difunde ao mundo a sua imagem enquanto país fiável, amável e respeitador, concretizando a ideia de trazer a cultura chinesa para o exterior e criando a confiança na cultura chinesa.

Neste aspecto, Macau tem certa base cultural e, após centenas de anos de colisão e fusão culturais, já se tornou num lugar sagrado de intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, formando-se um ambiente multicultural e de tolerância.

Mais, a ligação estreita estabelecida com os países e regiões lusófonos e com vários países do mundo contribui para a afinidade e a atractividade das indústrias culturais de Macau.

Sob esta oportunidade, o País apresentou, nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, a ideia de que Macau deve “criar uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, promove a coexistência de culturas diversificadas”, para acelerar a diversificação adequada da economia local.

Esta oportunidade dá mais missões e responsabilidades a Macau, para podermos contar melhor a história de Macau e a história da China.

Mas, em comparação com as grandes empresas chinesas de promoção cultural, Macau é mais fraca, quer no desenvolvimento quer na capacidade do sector, quer na compreensão e aplicação do referido discurso, pelo que, na construção de uma “base”, é difícil alcançar uma verdadeira integração cultural. Trata-se de uma oportunidade e de um desafio para Macau.

Neste aspecto, como se reforça o desenvolvimento cultural, a fim de acelerar o processo de diversificação e elevar a imagem internacional de Macau? Como se desenvolve o papel de “uma base”, e se conta bem a história de Macau, para apoiar a divulgação da cultura chinesa para o exterior? Tudo isto merece a nossa

consideração.

A meu ver, se Macau quer fazer bem a divulgação da cultura chinesa para o exterior, não pode fechar a porta. Só através do aprofundamento dos intercâmbios e da compreensão do conteúdo cultural é que se pode contar bem a história de Macau sob o princípio “um país, dois sistemas”. A produção pela CCTV em Macau de programas gastronómicos e telenovelas é um exemplo de que o País apoia que Macau conte bem a história de “Um país, dois sistemas”.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Para aprofundar o desenvolvimento das indústrias culturais, o Governo necessita de reforçar os trabalhos ao nível do *software* e do *hardware*. Quanto ao *software*, é necessário reforçar o intercâmbio cultural com as diferentes regiões, e só através da fusão entre a visão cultural e mental é que pode promover a cooperação entre culturas. Quanto ao *hardware*, é necessário criar mais veículos culturais e só através da produção de mais obras de cinema e televisão, e de produtos culturais e criativos, e do enriquecimento das formas de veículos é que se pode exportar a história de Macau.

2. A construção de “Uma base” é um trabalho de longo prazo. Para que a cultura possa ser exportada e introduzida, o Governo deve organizar eventos culturais diversificados e com conotação cultural, ou seja, pode procurar realizar grandes fóruns culturais internacionais, por exemplo, as grandes actividades organizadas pelo País, tais como o “Diálogo sobre a salvaguarda do património cultural na Ásia” e o “Diálogo sobre civilização na Ásia”, para liderar, promover e concretizar a construção de “Uma base”.

É preciso desempenhar também a função de “irradiação” de “Uma base”. Macau é uma cidade típica que tem uma cultura principal chinesa e uma coexistência multicultural, e só através desta plataforma e de um melhor desenvolvimento da cooperação entre Zhuhai e Macau, e da cooperação no âmbito da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e de “Uma Faixa, Uma Rota”, é que se pode criar uma cadeia das indústrias culturais, promover o seu desenvolvimento de alta qualidade, e elevar a imagem da cidade e as influências internacionais.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 29.12.2021

Examinar com seriedade os relatórios dos dois Comissariados e concretizar um melhoramento através de diversas formas

O CCAC divulgou o “Relatório de sindicância sobre a concessão de subsídios do Plano de desenvolvimento das escolas pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo”, no qual aponta a existência de lacunas no “Regulamento de acesso ao financiamento do Plano de Desenvolvimento das Escolas” elaborado pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo (FDE), originando a ocorrência de irregularidades previsíveis ou preveníveis, o que prejudicou a gestão e a fiscalização da aplicação do erário público. No âmbito da execução do regime de reposição legal, verificaram-se até ilegalidades administrativas manifestas. Mais, o CA divulgou o 2.º relatório de auditoria de resultados sobre a “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A. (MID)”, no qual aponta que a Parafuturo de Macau, subsidiária da MID, não efectuou estudos preliminares antes de decidir sobre os avultados investimentos a realizar, ignorando potenciais riscos e causando prejuízos ao erário público.

Nos últimos anos, os serviços e organismos públicos sujeitos a investigações ou auditorias tomaram uma atitude activa em relação aos seus relatórios. Por exemplo, após a publicação dos relatórios dos “dois Comissariados”, a DSEJ, a MID e as respectivas entidades de supervisão deram respostas imediatas, mas a maioria continua a manifestar apenas que “concorda com o relatório”, “vai dar grande importância” e “vai efectuar uma revisão geral”, etc. Na realidade, o CA já tinha elaborado, em 2015, um relatório de auditoria sobre a fiscalização efectuada pela DSEJ e pelo próprio FDE às escolas particulares subsidiadas, no qual aponta erros e omissões, solicitando aos serviços competentes a devida atenção; o CA divulgou também no ano passado um relatório de auditoria que revelou problemas de gestão e de tomada de decisões pela MID. É de lamentar que, embora os serviços competentes e as empresas tivessem manifestado que iam dar a devida atenção, as melhorias estejam aquém das expectativas da sociedade, e por fim voltaram a surgir problemas.

Devido à falta de um mecanismo de acompanhamento, mesmo que os serviços competentes, na sua resposta, tenham especificado as medidas de melhoramento a adoptar, a sociedade não consegue saber se o problema já foi efectivamente acompanhado. Assim, nos trabalhos que deveriam ter sido aperfeiçoados continuaram os erros ou as lacunas, o que prejudica a eficácia das acções governativas, originando desperdício de erário público e pondo em causa, mais uma vez, a credibilidade do Governo.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões sobre o mecanismo de acompanhamento, supervisão superior e avaliação de resultados:

1. O Governo deve aperfeiçoar o mecanismo de acompanhamento dos relatórios dos dois Comissariados, apontando aos serviços competentes que devem corrigir os problemas e aperfeiçoar os mecanismos indicados nos relatórios. Mais, os serviços devem corrigir e efectuar melhoramentos dentro dos prazos fixados e apresentá-los à entidade tutelar para apreciação, para reforçar a importância dada pelos serviços públicos aos relatórios dos dois Comissariados e assegurar a melhoria dos trabalhos.

2. Os serviços, para além do dever de ser investigados ou auditados, têm ainda de corrigir e melhorar o seu trabalho. A entidade tutelar também tem o dever de acompanhar, de forma contínua, o assunto, pois deve fiscalizar os serviços, verificar se já procederam ao melhoramento e à correcção dos problemas, e tomar a iniciativa de divulgar ao público o ponto da situação e os resultados dos trabalhos, aumentando a transparência.

3. Enquanto não for aperfeiçoado o regime de responsabilização dos cargos de direcção, o relatório dos dois Comissariados deve ser tomado como um indicador para a avaliação do desempenho do pessoal de direcção e chefia, especialmente, quando os problemas foram indicados, mas não foram resolvidos, sendo também um indicador para a recondução ou não no cargo.

Por último, é de salientar que os problemas e deficiências apontados em muitos relatórios dos dois Comissariados ao longo dos anos podem ser resumidos no seguinte: falta de rigor no controlo prévio por parte dos respectivos serviços ou entidades; insuficiências no acompanhamento; e insuficiências na fiscalização. Isso desperdiça o erário público, prejudica a eficácia das políticas e põe em causa a acção governativa. Assim, quer o Fundo de Desenvolvimento Educativo, quer a Macau Investimento e Desenvolvimento S.A. têm de melhorar os seus mecanismos e dar seguimento aos projectos indicados no relatório; os serviços públicos devem também conhecer bem o conteúdo do relatório para verificar se há lugar ou não ao aperfeiçoamento dos seus trabalhos. Os titulares de cargos de direcção devem tomar a iniciativa de indagar e rever os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos seus serviços, sem terem uma atitude passiva, caso contrário, a utilização do erário público e a acção governativa serão novamente afectadas, prejudicando a reforma administrativa e o desenvolvimento social a longo prazo do Governo.

José Maria Pereira Coutinho

Para diminuir a corrupção na DSSOPT, o Senhor Chefe do Executivo tem de exigir responsabilidades às tutelas que supervisionam os serviços públicos, aumentar a transparência interna e externa da DSSOP, simplificar os procedimentos administrativos, introduzir rapidamente o governo electrónico e garantir a protecção legal dos denunciantes (funcionários) para que denunciem as ilegalidades e irregularidades

Após o mega escândalo do Ex-secretário Ao Man Long, a DSSOPT volta a ser notícia a nível local e internacional com a prisão preventiva decretada a um ex-director da DSSOPT e a dois empresários, supostamente envolvidos na prática de corrupção e branqueamento de capitais.

Ao longo dos tempos, a corrupção na RAEM foi “aumentando”, sendo considerada por muitos cidadãos, como parte integrante do funcionamento do aparelho da Administração Pública, ou seja, um “mal necessário”, para o desenvolvimento quase “anárquico” do sector da construção civil e do Jogo.

Não obstante, os vários anteriores escândalos, a transparência procedimental dos actos e formalidades administrativas, integridade e a responsabilidade (accountability) dos titulares dos principais cargos públicos continuaram a ser “postas de parte”, abrindo cada vez mais espaços às promiscuidades entre as esferas pública e privada, como tem acontecido assiduamente na DSSOPT.

O recente escândalo, envolvendo a aprovação de “uma planta de alinhamento caducada de um projecto de construção” (quantas mais plantas foram aprovadas desta forma?) dentro da DSSOPT, demonstra as contínuas falhas internas na constatação das ilegalidades, sendo necessário instaurar de imediato uma “sindicância” dentro da DSSOPT para averiguação geral acerca do funcionamento interno dos serviços nos termos do artigo 354º do ETFPM, porque somente desta forma, os cidadãos poderão aperceber a noção da extensão, profundidade e gravidade dos problemas.

Veja-se que o ex-dirigente em causa, “é suspeito ainda de ter exigido aos seus subordinados, num processo de apreciação e aprovação de um pedido de anexação de terrenos para desenvolvimento, a emissão de opiniões favoráveis na fase da análise. No âmbito dos procedimentos internos, as plantas de alinhamentos circularam por vários departamentos, muitas chefias e dirigentes “pegaram” nos processos e detectaram as “falhas”, mas não as denunciaram. E porque não denunciaram? Não denunciaram por

medo de “represálias”, de poderem ser “postos na prateleira” sem qualquer trabalho para executar como tem acontecido com muitos funcionários, ou virem a perder os seus empregos. Assim, quase todos optam pelo “silêncio” e as ilegalidades sobrevivem.

A nosso ver, esta foi sempre uma prática corrente dentro da DSSOPT e alguns serviços públicos de obrigar os subordinados a darem pareceres favoráveis por via de “instruções verbais”, “papelinhos amarelos” ou “rascunhos” para evitar assumir posteriores responsabilidades. Muitos países desenvolvidos implementaram a figura legal do “Whistleblower” permitindo aos denunciantes, sem medo, de denunciarem irregularidades tais como a corrupção, infracções e violações legais, riscos específicos para a saúde pública, segurança ou meio ambiente, abuso de autoridade, uso não autorizado de fundos ou bens colectivos ou públicos, má gestão, conflitos de interesses, e quaisquer outros actos que visem encobrir qualquer uma destas práticas.

Estes escândalos de corrupção, são fruto da persistente “teimosia” de manter a complexidade dos diversos processos de autorização, insistir na opacidade dos simples actos procedimentais que obriga o aparecimento de “intermediários” que cobram “fortunas” para ajudar a desbloqueá-las ou “pedidos para acelerar os processos pendentes” e que ninguém da (DSSOPT) justifica porque estão pendentes.

Finalizamos, apelando ao Chefe do Executivo, para que nos termos legais, se ordene de imediato, uma sindicância à DSSOPT, nomeando um sindicante e respectivo secretário para averiguar o funcionamento dos serviços e baseado no respectivo relatório do inquérito sejam introduzidas as medidas necessárias para que no futuro diminuam estes tipos escândalos. Afinal, o que está em causa é a imagem do Governo.

Muito Obrigado.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 29.12.2021

Um orçamento no valor de 130 mil milhões para 2022, mas sem nenhuma política específica para os residentes desempregados

No Relatório das LAG para 2022, divulgado há dias pelo Governo, o orçamento global é de 130 mil milhões de patacas, que se prende, na sua maioria, com as despesas correntes, portanto, não há subsídios para aqueles que ficaram desempregados durante a situação de pandemia.

O Governo apresentou, durante a situação de pandemia, várias propostas para aumentar as despesas financeiras, que totalizaram, em apenas dois anos, cerca de 100 mil milhões de patacas, o que comprova o grave impacto económico da persistência da situação de pandemia, sendo também uma dura provação para os residentes.

Nos termos do Despacho do Chefe do Executivo n.º 212/2019 e do disposto no n.º 2 do artigo 40.º (Atribuição, duração e cessação) da Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social), os residentes desempregados apenas podem requerer um subsídio de desemprego no valor de 150 patacas por dia e com uma duração máxima de três meses.

O referido subsídio de desemprego não é suficiente para satisfazer as despesas do dia-a-dia das famílias. Na realidade, a maioria dos desempregados não consegue obter a sua “comunicação” de cessação de funções por parte do empregador, o que resulta na impossibilidade de requerer o subsídio de desemprego e no agravamento da pressão económica das famílias.

Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego da DSEC, entre Julho e Setembro de 2021, a taxa de desemprego dos residentes foi de 3,9%, um aumento de 0,2%. Mas o mercado de trabalho de Macau está a ser afectado pela epidemia, incerteza em torno da indústria do jogo – indústria orientada para o exterior e ainda pela maré de encerramento das salas VIP em Dezembro. Assim, o número de prováveis desempregados decorrentes dessas situações não está ainda reflectido naquela taxa. Mais, nos últimos anos, muitos estudantes graduados em instituições de ensino superior têm estado a enfrentar pressão de emprego – “graduação = desemprego”, portanto, o problema do emprego causou um “efeito dominó” que afecta a vida quotidiana da população.

De acordo com os pedidos recebidos pelo meu escritório, registou-se o fenómeno de cancelamento de inscrições nos cursos extracurriculares para crianças cujos pais são financeiramente dependentes do emprego das salas VIP. Independentemente de serem despedidos ou não, para controlar as despesas básicas diárias da família, tentam reduzir as “despesas desnecessárias” das crianças, fazendo com que estas percam a oportunidade de participar nessas actividades.

Mais grave ainda é que, para manter os clientes, as instituições de formação apenas podem implementar medidas de curta duração, o que aumenta os seus custos de exploração, sobrecarregando os encargos. Se o Governo não recolher amplamente as opiniões da população e dados precisos que reflectam a realidade da sociedade de Macau, irá surgir uma nova onda de grandes falências em diferentes sectores, afectando gravemente a estabilidade social.

O futuro desenvolvimento económico de Macau ainda está indeterminado, devido às perturbações provocadas pela epidemia. A direcção do desenvolvimento dos estudos escolhida pelos jovens é crucial para o seu futuro desenvolvimento. No actual ensino secundário, os alunos têm de escolher nos seus estudos as áreas de literatura ou ciências. Alguns alunos não se conhecem bem, por isso o Governo necessita de um mecanismo mais flexível na definição dos cursos, para que os jovens possam ter mais escolhas nas disciplinas de estudo.

Face à queda brusca das receitas económicas de Macau, o orçamento para o investimento em obras públicas do Governo da RAEM cifrou-se em 16,38 mil milhões de patacas, até Setembro de 2021, e foram lançados 304 projectos de obras. Por outro lado, recentemente o Governo afirmou que o número de obras vai aumentar no próximo ano, e serão realizadas mais 61 obras públicas de grande envergadura. É lamentável que as concessionárias das obras, na sua maioria, contratem um grande número de trabalhadores não residentes, o que não beneficia os residentes nem contribui para resolver as dificuldades de emprego sentidas por estes.

Neste contexto, mesmo que o orçamento para o próximo ano sofra uma redução das receitas devido à epidemia, o Governo deve aprender com as experiências anteriores de combate à epidemia, e adoptar medidas e políticas atempadas, para prevenir os eventuais efeitos económicos negativos dos problemas referidos antes, e, aquando da definição das políticas do Governo, evitar uma atitude pouco prospectiva que enfraqueça, mais uma vez, a confiança dos residentes locais na governação pelas autoridades da RAEM.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 29.12.2021

Racionalização da estrutura de financiamento do ensino gratuito a partir da fonte, de modo a garantir a igualdade e a sustentabilidade na distribuição dos recursos educativos

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgou recentemente o “Relatório de sindicância sobre a concessão de subsídios do Plano de Desenvolvimento das Escolas pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo”, no qual criticou a existência de diversas lacunas no Regulamento de acesso ao financiamento do Plano de Desenvolvimento das Escolas, elaborado pelo Fundo de Desenvolvimento Educativo (FDE), verificando-se problemas de consciência, de acção e de ilegalidade administrativa por parte do Fundo, na análise, apreciação, concessão e fiscalização dos apoios financeiros. Face aos problemas revelados em 2015 pelo Comissariado de Auditoria no seu relatório de auditoria de resultados intitulado “Fiscalização aos subsídios financeiros atribuídos às escolas particulares”, e aos problemas ora revelados pelo CCAC, que se encontram por resolver há já vários anos, para além da efectivação das devidas responsabilidades, o mais importante é que o Governo, a sociedade e o sector educativo devem dar importância aos problemas estruturais revelados no relatório acerca do financiamento do ensino gratuito em Macau, adoptando as medidas necessárias para os resolver, a fim de assegurar a sustentabilidade e a justiça nesse financiamento.

Após a implementação da escolaridade gratuita em 2007, os subsídios que as escolas do ensino gratuito de Macau podem obter provêm, principalmente, do “subsídio do ensino gratuito” e do “Fundo de Desenvolvimento Educativo”, representando, respectivamente, cerca de 90 por cento e 10 por cento das receitas decorrentes de subsídios. O referido Fundo tem como atribuição “apoiar e impulsionar os diversos planos e actividades educativas com características de desenvolvimento, na área do ensino não superior”, visando principalmente financiar actividades educativas não regulares nem periódicas com características de desenvolvimento. Ao longo dos anos, o sector educativo e os docentes têm criticado os procedimentos complicados de apreciação e autorização dos pedidos de subsídios ao Fundo, que representam menos de 10 por cento do total dos subsídios da escolaridade gratuita, e entendem ser um desperdício de recursos. Entretanto, os relatórios do CA e do CCAC criticaram a fiscalização do Governo por não satisfazer as exigências legais. A meu ver, o Governo e a sociedade devem dar atenção e resolver os problemas estruturais desses subsídios, caso contrário, os mesmos voltam a ocorrer.

A sociedade pode questionar: porque é que as escolas aderentes à escolaridade gratuita estão dispostas a fazer tantos trabalhos para obter o subsídio do Fundo, que representa apenas 10 por cento do total dos subsídios recebidos? Porque é que os serviços públicos não conseguiram resolver definitivamente o problema? Em primeiro lugar, há que saber o que foi alvo do

subsídio concedido pelo Fundo nos últimos anos. No primeiro ano da sua criação (ano lectivo de 2008 / 2009), o Fundo financiou apenas cerca de 20 projectos e, nos últimos anos, passou a subsidiar centenas de projectos por ano, incluindo os relativos “à reparação de escolas, à aquisição de equipamentos, livros, jornais e publicações, e à remuneração do pessoal de bibliotecas, informática, laboratórios, coordenação de actividades, e dos promotores da saúde, etc.”. Esta prática não corresponde à lógica e contraria os motivos subjacentes à criação do Fundo.

Mas o mais preocupante é que o Governo não adoptou medidas apropriadas para resolver os problemas estruturais do subsídio de escolaridade gratuita! Segundo o relatório do CCAC, após o surgimento do problema, o Fundo de Desenvolvimento Educativo retirou directamente do regulamento de acesso ao financiamento para o ano escolar de 2021/2022 os “planos a médio e longo prazo”, a fim de evitar a repetição de irregularidades semelhantes. É de salientar que a promoção de planos a médio e longo prazo para o desenvolvimento da escola é o rumo que o referido Fundo pretende promover. Devido a um caso isolado, as autoridades cancelaram o apoio financeiro a estes planos, quer isto dizer que, no futuro, o Fundo de Desenvolvimento Educativo vai concentrar-se em planos “regulares” e “periódicos”, o que está cada vez mais longe da intenção inicial da criação do referido Fundo.

Concordo com o referido no relatório do CCAC: “se os problemas detectados no processo de sindicância relativo ao FDE não forem sanados a partir da sua raiz, é previsível que, após a fusão destes três fundos, os problemas vão aumentar ainda mais e a complexidade dos problemas será muito maior, pelo que, é conveniente aproveitar bem o tempo para resolver a confusão que estamos a assistir actualmente”. Mas o mais importante é que o Governo deve corrigir, quanto antes, a sua atitude de “cortar o pé para prevenir uma infecção” e introduzir ajustamentos face aos problemas estruturais do actual subsídio de escolaridade gratuita, isto é, incluir nos subsídios as despesas com a reparação dos edifícios escolares e a aquisição dos equipamentos, e de livros, jornais e publicações, bem como as remunerações do pessoal especializado, como o das bibliotecas, das tecnologias de informação, dos laboratórios, de coordenação de actividades, dos agentes de promoção da saúde, etc., para as escolas deixarem de precisar de subsídios todos os anos para essas despesas necessárias ao seu funcionamento. Só assim é possível criar, a partir da fonte, um modelo de subsídio de escolaridade gratuita, para assegurar que todos os alunos sejam justamente subsidiados, e para a qualidade do ensino em geral poder ser desenvolvida e elevada de forma sustentável.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 29.12.2021

O ensino profissional é um ramo importante do sistema educativo e tem um significado relevante para a formação de quadros técnicos e para o desenvolvimento e *upgrade* das indústrias. Mas, neste momento, há ainda grande margem para melhorias do ensino profissional local, pois vários problemas têm de ser estudados e resolvidos rapidamente, como a imperfeição do sistema educativo, a falta de matérias pedagógicas sobre as novas tecnologias e o facto de o ensino não conseguir acompanhar as necessidades do desenvolvimento social.

Neste momento, as escolas técnico-profissionais de Macau oferecem apenas o ensino secundário geral e complementar. Este ano, o Governo concluiu a revisão do Regime do ensino técnico-profissional do ensino não superior, que vai entrar em vigor no próximo ano. Entretanto, a sociedade está mais atenta à articulação do ensino profissional com o ensino superior, pois, no passado, o Governo também apoiou e incentivou as instituições do ensino superior a criar diversos cursos com orientação profissional, para formar quadros técnicos de diferentes áreas, mas não se conseguiu criar uma articulação sistemática com as escolas técnico-profissionais. Assim, espera-se que o Governo aperfeiçoe o ensino técnico-profissional, e crie o respectivo sistema do ensino superior que inclua cursos de bacharelato, licenciatura e pós-graduação. Atendendo à recente inauguração, no Instituto Milénio de Macau, da Base de formação de quadros técnico-profissionais da Grande Baía e do Centro de estudos do desenvolvimento técnico dos jovens da Grande Baía, Macau também pode aproveitar a oportunidade para reforçar o intercâmbio e os estudos entre Guangdong e Macau no âmbito de ensino e técnica profissionais, respondendo às necessidades da integração no desenvolvimento do País e da cooperação regional, e ainda da diversificação das indústrias.

Quanto ao aprofundamento da cooperação entre as escolas e as empresas, neste momento, esta cooperação continua a ser superficial devido à falta de participação activa das empresas no ensino profissional. Nas LAG, o Governo refere que vai promover a participação das instituições do ensino superior e das empresas, para orientarem e apoiarem as escolas no desenvolvimento dos trabalhos. As empresas de Macau são, na maioria, pequenas e médias, por isso, podemos pensar em criar um mecanismo de acção conjunta a longo prazo para promover a cooperação entre as escolas e as empresas, em que caiba aos serviços competentes a coordenação e a fiscalização, contando com a participação das instituições sociais, para que as empresas, as indústrias e as escolas possam, através deste mecanismo, cooperar directamente, e impulsionar as empresas a tomar a iniciativa de participar no ensino profissional, tendo em conta as suas necessidades de desenvolvimento, e para o ensino nas escolas se articular com precisão com as necessidades reais do desenvolvimento das indústrias e se realizar uma cooperação aprofundada em matéria de estágios fora da escola, conjugação de emprego e conversão de resultados de investigação.

(Tradução)

Mais, há que criar uma base de dados estatísticas científica, para investigar e acompanhar a saída profissional e a situação de emprego dos alunos graduados das escolas profissionais de Macau, a fim de definir melhor as respectivas políticas complementares, formando verdadeiramente os talentos técnicos necessários ao desenvolvimento dos sectores locais.

IAOD do Deputado Kou Kam Fai em 29.12.2021

Escrever um novo capítulo de educação de “amor pela Pátria e por Macau” com espírito olímpico

Desde o retorno à Pátria, o Governo Central tem organizado a visita a Macau de excelentes atletas do Interior da China após cada um dos Jogos Olímpicos, para os residentes locais partilharem a alegria da sua vitória e os conhecerem de perto, o que reflecte plenamente o carinho e o apoio do País à RAEM. Há dias, uma delegação de Atletas Olímpicos Nacionais de Elite chegou a Macau para uma visita de três dias, durante os quais, assistiram à cerimónia do içar das bandeiras e participaram numa festa em grande escala em comemoração do 22.º aniversário da RAEM. A par disso, houve intercâmbio com os jovens atletas de Macau e deslocaram-se aos bairros comunitários para interacção com os residentes, que manifestaram entusiasmo e lhes deram as boas-vindas cordiais. Isto não é apenas o encanto do desporto, mas também está indissociavelmente ligado ao sentimento nacionalista. Tal demonstra que o Governo da RAEM fez do cultivo do "amor pela pátria e por Macau" entre os jovens uma acção governativa prioritária. Gostaria de partilhar convosco duas reflexões sobre este assunto.

Primeiro, há que aproveitar a visita dessa delegação para aprofundar a educação do "amor pela pátria e por Macau" entre os jovens. A essência do espírito de luta dos atletas olímpicos pela glória do País é comum à do espírito de amor pela Pátria e por Macau. Devemos continuar a aprofundar os nossos esforços na educação do “amor pela pátria e por Macau”, para que essa gloriosa tradição passe de geração em geração, e a causa "Um País, Dois Sistemas" seja levada avante. Através da promoção do espírito patriótico dos Jogos Olímpicos, os jovens de Macau podem compreender melhor a ligação intrínseca entre o princípio "Um País, Dois Sistemas", a realização do renascimento da grande nação chinesa e o sonho chinês. Podem ainda compreender o destino estreitamente ligado entre Macau e o País, e aprofundar o seu sentido de orgulho nacional e o sentimento nacionalista. A par disso, o sentido de responsabilidade e missão da próxima geração em relação a "Um País, Dois Sistemas" e o amor pelo país e por Macau podem ser também reforçados.

Segundo, potenciar a sinergia entre o desporto e a educação. Há que sensibilizar a população sobre os Jogos Nacionais, para promover a educação de “amor pela Pátria e por Macau”. Os excelentes resultados dos atletas chineses espelham o espírito olímpico e o valor desportivo chinês, e a glorificação do País por parte dos atletas leva a população de Macau a estar mais atenta e entusiasmada pelos eventos desportivos. Isto é um incentivo especial para participarmos na organização dos Jogos Nacionais de 2025. Acredito que o empenho dos atletas vai encorajar a população a superar as dificuldades e os desafios na organização dos Jogos Nacionais, em conjunto com Guangdong e Hong Kong. O Governo deve considerar dar mais oportunidades para os jovens se envolverem nos Jogos Nacionais, e incentivar o entusiasmo da população para

servir a comunidade e honrar a Pátria, inovando a educação de “amor pela Pátria e por Macau”.

Zhu Kezhen, meteorólogo, geógrafo e pedagogo de renome, lembrava que o seu professor de chinês tinha pedido que os alunos construíssem frases com as palavras “doçura” e “amargura”, e ele tinha respondido: “a maior amargura é ver a soberania lesada e o País humilhado, e a maior doçura é ver o País próspero e forte”. Acredito que, através da visita dos atletas olímpicos a Macau, os jovens podem aprender com a resiliência dos desportistas e sentir-se mais orgulhosos pela identidade nacional. Com o reforço do patriotismo, os jovens vão dedicar-se mais activamente à construção do País, e aproveitar bem as oportunidades na construção da Grande Baía, no sentido de servir o País com as vantagens de Macau. Os jovens de Macau, enquanto componentes do País, vão cumprir activamente os deveres dos cidadãos chineses, e têm de conhecer e amar a Pátria, ter a vocação de fazer prosperar a Pátria e agir para glorificá-la. Têm de ligar a carreira profissional ao desenvolvimento do País, bem como promover e dinamizar a inovação da política “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 29.12.2021

Continuar a redigir o novo capítulo da implementação com sucesso da política “Um País, Dois sistemas” com características de Macau

Há dias, por ocasião do 22.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, deslocou-se a Pequim para apresentar o relatório de trabalho. O Governo Central reconheceu o trabalho desenvolvido, ao longo deste ano, pelo Chefe do Executivo e pelo Governo da RAEM, esperando que Macau possa acelerar a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia e continuar a redigir o novo capítulo da implementação com sucesso da política “Um País, Dois sistemas” com características de Macau. A este respeito, gostaria de partilhar convosco três ideias:

1. Actualmente, os resultados da implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau têm sido positivos, e o espírito de “Amor à Pátria e a Macau” já está enraizado. Estou convicto de que o princípio “Um País, Dois Sistemas” tem uma forte vitalidade, desde que continuemos a prosseguir plena e correctamente a orientação desta política, a actuar em estrito cumprimento da Constituição e da Lei Básica, a aperfeiçoar o mecanismo institucional relacionado com a implementação da Constituição e da Lei Básica; a consolidar o papel de Macau como “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”; e, ao mesmo tempo, a aproveitar as oportunidades trazidas pela construção da Grande Baía, e com integração activa no desenvolvimento nacional, em particular, participando na redacção do novo capítulo da Zona de Cooperação Aprofundada e envidando todos os esforços para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e, assim, a nossa Macau de certeza vai ter um futuro mais brilhante.

2. Para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, é necessário dar especial importância ao desenvolvimento dos cuidados gerais de saúde, criando um novo caminho para o desenvolvimento do sector de “saúde + turismo”. Actualmente, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas já obteve grande apoio do Governo Central e da Comissão Nacional de Saúde, tendo ainda a oportunidade de cooperar com o *Peking Union Medical College Hospital* para obter apoio orientador, a fim de concretizar a optimização e o aumento das técnicas de cuidados de saúde especializados. Esta oportunidade preciosa não só ajudará a fornecer melhores serviços de saúde aos residentes de Macau, mas também, como membro da Grande Baía, o desenvolvimento da indústria da saúde de Macau permitirá estender gradualmente a marca *Union Medical* a toda a população de 70 milhões da Grande Baía, através de bons cuidados de saúde especializados e do desenvolvimento de “saúde + turismo”,

beneficiando, ao mesmo tempo, a Grande Baía e impulsionando o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

3. Aquando do balanço da missão do Chefe do Executivo em Pequim, o Governo Central reconheceu uma série de medidas eficazes adoptadas pelo Governo da RAEM no âmbito da prevenção e combate à epidemia. Assim, apelo mais uma vez a todos para que estejam preparados contra a epidemia e se protejam contra os vírus. A situação epidémica global ainda é grave e o vírus, galopante, e Macau ainda precisa de trabalhar arduamente para manter as conquistas alcançadas por toda a comunidade desde a epidemia. A experiência demonstra que a vacinação é o meio mais eficaz para nos defendermos do vírus e protegermos a nossa saúde e a dos familiares e amigos. Por isso, os cidadãos que já receberam as duas doses de vacina devem preparar-se para a terceira; caso ainda não tenham recebido a segunda dose, devem concluir a vacinação o mais rápido possível.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 29.12.2021

Potenciar as vantagens de Macau para projectar a China

Recentemente, no 11.º Congresso Nacional da Federação dos Sectores Artístico e Literário, o Presidente Xi Jinping formulou, no seu discurso, cinco desejos para os intelectuais, e o quarto foi: “os artistas devem projectar a China, com entusiasmo e esforço, demonstrando ao mundo a imagem duma China credível, amigável e respeitável”, e assinalou que “o povo chinês tem, desde sempre, um profundo sentido mundialista, e os sectores literário e artístico contemporâneos devem ter uma visão para o mundo, para a humanidade”.

A iniciativa de “contar bem a história da China” foi lançada pelo Presidente em Agosto de 2013. A integração de Macau no desenvolvimento nacional tem contado com a participação activa do Governo e a parceria público-privada de várias formas. Isto tem promovido, indirectamente, a difusão da nossa cultura e a educação patriótica. No próximo ano, temos de pensar sobre como centrar no papel de Macau durante a promoção desta iniciativa e em como dar o nosso contributo indeclinável, sob a política “Um País, Dois Sistemas”.

Parece que na referida frase do Presidente, a palavra “credível” é crucial. Há que demonstrar as verdadeiras características do povo chinês, a verdadeira cultura chinesa e, sobretudo, o processo da formação do pensamento cultural dos chineses. Neste sentido, há que garantir que as pessoas de contexto cultural diferente ouçam e vejam com clareza, e sintam que o povo chinês é sincero e virtuoso.

No capítulo “Confúcio em casa no lazer” do Livro dos Ritos, lê-se: “o céu cobre, a terra sustenta, o sol e a lua luzem, de forma imparcial”. Isto quer dizer que uma pessoa deve ser imparcial, como o céu, a terra, o sol e a lua. A ideia de “comunidade de destino comum da humanidade” do Presidente Xi inspirou-se na filosofia mundialista dos chineses, que defende que o mundo é de todos, de forma imparcial, como o céu, a terra, o sol e a lua. Mêncio doutrinou: “em desfavorecimento, nutrem-se as virtudes em solidão; em favorecimento, espalham-se as virtudes por todo o mundo”. Explicar às pessoas de contexto cultural diferente que esta é a mentalidade milenar dos chineses não é para servir os nossos próprios interesses. A humanidade precisa de purificar a mente através de obras literárias e artísticas verídicas, benévolas e formosas, portanto, preconizar a benevolência, e contar bem a história da China, é, no fundo, explicar bem a excelente essência da cultura e filosofia chinesas, dando energias positivas ao mundo. Sob o princípio de “o mundo é de todos”, o desenvolvimento da China vai, com certeza, beneficiar o mundo.

Para conquistar a confiança do mundo, há que aumentar a credibilidade. Para tal, sugiro o seguinte:

1. Há que, em conjugação com o perfil especial de Macau, isto é, a coexistência dos chineses e ocidentais em Macau durante séculos, e o cruzamento entre as culturas oriental e ocidental, incentivar o pessoal da indústria cultural e artística a desenvolverem e a criarem mais actuações e obras cujo tema verse sobre o estudo mútuo das civilizações. Esta medida pode contribuir para alargar a visão e o horizonte deste pessoal e para a reflexão da sociedade sobre as características culturais de Macau.

2. Há que tomar as exposições artísticas do património cultural como ponto de partida para aprofundar a cooperação com as respectivas instituições do Interior da China. As exposições passam da apresentação das artes e peças interessantes do dia-a-dia para a explanação sobre os conceitos tradicionais e o pensamento filosófico dos chineses, a fim de aumentar o respectivo valor ao nível de ciência, prazer, apreciação e pensamento, o que permite aos espectadores, chineses e estrangeiros, sentirem o conteúdo cultural e a imagem da China que tem merecido confiança, amor e respeito desde o passado até hoje em dia.

3. Há que recorrer aos intercâmbios culturais e comerciais entre Macau e o exterior para, oportunamente, apresentar as peças artísticas “produzidas em Macau, China” e as exposições do património cultural a Portugal e, a partir daí, aos países eurásios e lusófonos, a fim de dar a diversas raças um novo conhecimento sobre os chineses em termos do seu espírito e sobre a combinação orgânica entre a China contemporânea e a cultura tradicional chinesa, promovendo assim a confiança mútua.

As referidas sugestões assentam no papel de Macau e correspondem ao rumo de desenvolvimento de Macau, ou seja, um Centro, uma Plataforma e uma Base, assim como à visão cultural prevista no 2.º Plano Quinquenal de Macau, para além de proporcionar a Macau uma perspectiva aplausível para participar nos trabalhos de “apresentar bem as histórias sobre a China”. Segundo um velho ditado, “alcança quem não cansa”. Desde que reunamos um consenso, pondo em prática, de forma resoluta, as opções tomadas, encontraremos sempre o nosso êxito.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 29.12.2021

Criar mais pontos culturais e turísticos para ajudar o desenvolvimento da economia e do turismo

Há dias, o Chefe do Executivo deslocou-se a Pequim em missão oficial, e o Governo Central expressou um elevado reconhecimento em relação aos trabalhos desenvolvidos no último ano pelo Chefe do Executivo e por este novo mandato do Governo. Com o forte apoio do País ao desenvolvimento de Macau e sob a liderança do Chefe do Executivo, Macau vai insistir na concretização do princípio “Um País, Dois Sistemas” e unir forças para criar uma nova conjuntura, prevenir a propagação de pandemia, estabilizar a retoma económica, salvaguardar o bem-estar da população, promover a diversificação económica, reforçar a cooperação e procurar desenvolvimento. Temos plena confiança em fazer de Macau um centro mundial de turismo e lazer.

Quanto ao apoio ao nível do desenvolvimento do turismo e da economia, sugere-se que sejam criados mais pontos atractivos de Macau com carácter cultural e turístico.

Nesta vertente, Macau tem bases e condições. Veja-se o bom exemplo do corredor verde da Costa Sul que, através da recolha ampla de opiniões e do reforço de estudos e de exploração, pode formar-se como um ponto atractivo. Depois da entrada em funcionamento da 1.ª fase deste projecto, o referido local é uma boa opção para os residentes e turistas fazerem actividades familiares e de lazer, trabalho que concretiza o espírito subjacente às linhas governativas do Chefe do Executivo e do Governo da RAEM, isto é, ter por base a população, e é amplamente elogiado. Segundo o respectivo planeamento, a 2.ª fase toma o Centro de Ciência como ponto de partida e termina na Barra, um percurso que compreende ciclovias, uma série de instalações desportivas e recreativas, e elementos de lazer para crianças e familiares, etc. Ao nível da concepção, o referido planeamento, no qual a sociedade depositou significativas expectativas, teve plenamente em consideração as necessidades e solicitações dos residentes e turistas. As obras da 2.ª fase encontram-se na elaboração de projectos. Sugere-se que seja acelerado o andamento das obras, para que este bom projecto seja concretizado quanto antes, beneficiando assim a população em geral e os turistas.

O Corredor Verde da Costa Sul localiza-se num dos melhores terrenos ao longo da linha costeira da Península de Macau, com uma paisagem costeira bela, e confronta-se com a Taipa e Hengqin, juntando-se, aliás, ao Centro de Ciência de Macau, ao Centro Ecuménico Kun lam, à Torre de Macau, à Colina da Penha, à Sede do Governo, ao Lago Nam Van, ao Templo de A-Má, às

Portas do Entendimento, à Ponte de Sai Van e a vários hotéis modernos, o que constitui uma grande atracção para os turistas.

Propõe-se que, com base nos elementos “lazer” e “saúde” do corredor verde costeiro, sejam reforçados os elementos “paisagem” e “cultura”, incluindo a integração da paisagem natural e humana, e das instalações adequadas ao turismo e aos turistas, bem como os elementos das culturas chinesa e ocidental, para criar, através da sua conjugação, um novo ponto turístico e um novo cartaz de visita, constituindo não só um bom local para os residentes descansarem e realizarem actividades familiares, mas também um ponto turístico de “*check-in*”. Tudo isto pode contribuir para o prolongamento da estadia dos turistas e do seu tempo de consumo, para o desenvolvimento do turismo e da economia, para a diversificação adequada da economia, para a construção de uma cidade de Macau linda, com condições ideais de vida, de turismo e de saúde, e para a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 29.12.2021

Melhorar a construção do ambiente de negócios e a articulação para promover a integração de Macau no funcionamento em ciclo duplo

Há muitos pontos de partida diferentes para a promoção do crescimento das micro, pequenas e médias empresas, e da sua integração no desenvolvimento da Grande Baía. Na sequência da questão do Sr. Deputado Ip Sio Kai sobre o Fundo de Garantia de Riscos para as Micro, Pequenas e Médias Empresas e da questão do Sr. Deputado Wang Sai Man sobre a optimização do ambiente de negócios, gostaria de abordar com todos algumas definições legais do aspecto de conexão das regras. Uma é sobre o que são micro, pequenas e médias empresas, e a outra é sobre a idade de aposentação.

Já no Regulamento Administrativo n.º 9/2003 “Plano de Apoio às PME”, o Governo da RAEM definiu que o número de trabalhadores das PME não pode ser superior a cem e que os empresários comerciais, pessoas singulares, devem ser residentes da RAEM; tratando-se de um empresário comercial, pessoa colectiva, mais de 50 por cento do capital social deve ser detido por residentes da RAEM. Mas, hoje, com uma divisão detalhada do trabalho, estamos cientes das características da microeconomia de Macau, em que é mais comum um modelo empresarial de start-ups e um modelo empresarial de operação familiar de duas ou três pessoas, e que o julgamento do Governo sobre as respectivas definições foi já optimizado. No “Plano de garantia do emprego, estabilização da economia e asseguramento da qualidade de vida da população” lançado no ano passado, o Governo, de acordo com o número diferente dos trabalhadores, tais como: 3, 6, 10, 13, 16, menos de 20 e mais de 21 trabalhadores, concedeu subsídios proporcionais às empresas de diferentes dimensões. Isto mostra que o Governo já tem, de facto, uma visão mais precisa da dimensão e do número das microempresas em Macau.

Tomando como referência a prática nacional, em 2011, quatro departamentos liderados pelo Ministério da Indústria e Tecnologias de Informação publicaram as “Normas modelares para as Pequenas e Médias Empresas”, que regulam esta matéria de forma pormenorizada, definindo o número de trabalhadores, os lucros de exploração e os bens da PME, e classificando-as ainda, de acordo com as especificidades de cada sector, por pequenas, médias ou micro empresas. Por exemplo, as empresas industriais com menos de 20 trabalhadores e receitas inferiores a 3 milhões são classificadas como micro; e as empresas de comércio por grosso com menos de 5 trabalhadores e receitas inferiores a 10 milhões também são classificadas como micro.

Foi lançada uma série de políticas de apoio ao desenvolvimento das PME após a promulgação destas normas, e os serviços públicos têm mais dados e referências para definir e implementar políticas de apoio às micro, pequenas e médias empresas. Este ano, o referido Ministério planeia criar um “Sistema de

Avaliação Periódica dos Critérios para as PME”, com periodicidade quinquenal, para avaliar se os critérios e as classificações estão de acordo com a situação do desenvolvimento social. Dado que a dimensão da economia de Macau é muito diferente da do País, é provável que não se possa aplicar directamente estes critérios, mas há que definir de forma sistemática e científica o que são micro, pequenas e médias empresas, pois isto serve para otimizar o ambiente de negócios de Macau e promover o crescimento saudável das empresas na conjuntura actual.

Uma outra definição que precisamos de clarificar é a idade de aposentação. Nas IAOD anteriores, nós, os deputados do sector industrial, comercial e financeiro, apelámos ao Governo para rever rapidamente a falta de uniformização dessa idade, e ficámos muito contentes com a ressonância obtida por este ponto de vista e com a resposta de alguns deputados eleitos por sufrágio directo! Assim, voltamos a apelar ao Governo para acelerar o estudo sobre a extensão ao mercado privado do regime da função pública, considerando que o pessoal com 65 anos de idade atinge o critério de aposentação; incentivar, com o aperfeiçoamento dos diplomas legais do regime de aposentação, a mobilidade natural da sociedade; promover a evolução das empresas ou responder ao desejo de desenvolvimento dos trabalhadores e das empresas na Grande Baía; estabelecer um equilíbrio entre trabalhadores, empregadores e benefícios das políticas públicas; e criar melhores condições para facilitar a articulação com as regras nacionais.

Nós, os quatro deputados do sector referido, apelamos ao Governo para a articulação da dimensão das PME e das microempresas, e da definição da idade de aposentação, ou seja, a uniformização entre o critério adoptado pelo novo Governo e a definição do passado, o que pode contribuir para uma articulação com a Lei de Promoção das PME e Microempresas do país, e criar um sistema jurídico que corresponda ao ambiente social e aos interesses do desenvolvimento de Macau. Com uma boa preparação, esperamos ainda que as respectivas políticas sejam implementadas directamente na zona de cooperação aprofundada Guangdong-Macau em Hengqin, e articuladas com as regras, para acelerar a integração de Macau no desenvolvimento nacional!